



UNIVERSIDADE DO MINDELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VISIBILIDADE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
ENTRE OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NA ILHA DE SÃO VICENTE**

SHIRLEY JANE FERREIRA DA SILVA

Mindelo, 2018



Universidade do Mindelo

Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais

Curso de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

**Visibilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
entre os Estudantes Universitários na Ilha de São Vicente**

Autora: Shirley Jane Ferreira da Silva

Orientador: Doutor Carlos Alberto Alves

Mindelo, 2018

Autora: Shirley Jane Ferreira da Silva

Título: Visibilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa entre os Estudantes
Universitários na Ilha de São Vicente

Declaração de originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

A candidata,

Shirley Jane Ferreira da Silva

Mindelo, 20 de setembro de 2018

Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais.

Resumo

Assumindo a importância que a capacitação e valorização dos recursos humanos tem para o desenvolvimento económico e social sustentável dos Estados, um fator primordial para esse desenvolvimento é a área do ensino superior, que assume uma posição estratégica.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), versada para a cooperação, assume a cooperação multilateral no domínio do ensino superior como uma área estratégica. Neste trabalho propõe-se conhecer a política de cooperação desenvolvida nesse âmbito e procurou-se, por meio de entrevistas, conhecer qual a perceção que os estudantes universitários na ilha de São Vicente têm acerca da CPLP e da cooperação multilateral desenvolvida na área do ensino superior.

Palavras-chave: Organização internacional, CPLP, cooperação internacional, ensino superior.

Abstract

Assuming the importance that the training and valorization of human resources has to the sustainable economic and social development of States, a key factor for this development is the area of higher education, which takes a strategic position.

The CPLP, versed for cooperation, assumes multilateral cooperation in the field of higher education as a strategic area. In this research, it is proposed to know the cooperation policy developed in this domain and sought, through interviews, know the perception that university students on the island of São Vicente have about the CPLP and about multilateral cooperation developed in the field of higher education.

Keywords: International organization, CPLP, international cooperation, higher education.

Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos vão particularmente direccionados aos meus pais e aos meus irmãos, por todo o seu apoio incondicional durante o meu percurso académico.

Queria igualmente agradecer ao meu orientador, professor Carlos Alberto Alves, por todo o seu apoio, paciência e compreensão, assim como agradecer também aos entrevistados, pela sua solidária disponibilidade, e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho monográfico.

Bem-haja a todos!

Índice

Resumo	v
Abstract.....	vi
Agradecimentos	vii
Índice de gráficos.....	x
Índice de quadros.....	x
Acrónimos	xi
INTRODUÇÃO.....	1
Hipóteses.....	2
Objetivo geral.....	2
Objetivos específicos	2
Considerações sobre o tema	2
Estrutura	3
Metodologia	4
CAPÍTULO I – RELACIONAMENTO ENTRE ESTADOS E COOPERAÇÃO	6
1.1. Cooperação Internacional.....	7
1.1.1. Política externa e cooperação.....	9
1.2. Origem e evolução das organizações internacionais	11
1.2.1. A conceptualização das organizações internacionais	14
1.3. A “Guerra Fria” e a polarização do mundo.....	17
CAPÍTULO II – COMUNIDADE LUSÓFONA E LUSOFONIA	21
2.1. Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	21
2.2. Clarificação de alguns conceitos	24
2.3. Princípios orientadores, organização, Estados-membros e órgãos.....	27
2.4. Instrumentos orientadores da cooperação	32
CAPÍTULO III – COOPERAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E SUA EVOLUÇÃO ..	39
3.1. Plano estratégico de cooperação multilateral no domínio da ciência, tecnologia e ensino superior.....	42
3.2. Eixos Estratégicos	43

3.2.1. Eixo I – Espaço do ensino superior	46
3.2.2. Eixo II – Mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e cientistas altamente qualificados	46
3.2.3. Eixo III – Rede de informação, avaliação e promoção da qualidade do ensino superior.....	47
3.2.4. Eixo IV – Espaço de ciência e tecnologia	47
3.2.5. Eixo V – Programas comuns de investigação, inovação e formação avançada para a internacionalização nos domínios do ensino superior, ciência e tecnologia	47
3.2.6. Eixo VI – Espaço de inovação	47
3.3. Análise das entrevistas aos estudantes universitários.....	48
3.3.1. Ano de nascimento dos entrevistados	48
3.3.2. Local de nascimento dos entrevistados	49
3.3.3. Área do curso dos entrevistados.....	50
3.3.4. Ano do curso dos entrevistados.....	51
3.3.5. Razões para estudar na ilha de São Vicente	51
3.3.6. Habilitação literária dos progenitores.....	52
3.3.7. Profissão/ocupação dos progenitores	54
3.3.8. Naturalidade dos progenitores.....	55
3.4. Visibilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa entre os estudantes.....	56
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
WEBGRAFIA	66
APÊNDICE	lxix
Apêndice I. Guião das Entrevistas	lxix
ANEXO	lxxi
Anexo I. Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020).....	lxxi

Índice de gráficos

Gráfico 1: Ano de nascimento dos entrevistados	49
Gráfico 2: Local de nascimento dos entrevistados	50
Gráfico 3: Área do curso	50
Gráfico 4: Ano do curso	51
Gráfico 5: Razões para estudar na ilha de S. Vicente.....	52
Gráfico 6: Habilitações literárias dos progenitores	53
Gráfico 7: Progenitores com a mesma habilitação	54
Gráfico 8: Profissão/ocupação dos progenitores	55
Gráfico 9: Naturalidade dos progenitores.....	56

Índice de quadros

Quadro 1: Reuniões ministeriais setoriais da CPLP abordando os temas ensino superior, ciência e tecnologia no período de 1996 a 20 de junho de 2017	42
Quadro 2: Projetos financiados pelo Fundo Especial da CPLP até junho de 2017	44

Acrónimos

AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CT	Ciência e Tecnologia
CTES	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ES	Ensino Superior
ESCT	Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
ISCEE	Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais
IUE	Instituto Universitário de Educação
M_EIA	Mindelo _ Escola Internacional de Arte
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OI	Organizações Internacionais
OIG	Organizações Intergovernamentais
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PECM-C&T-ES/CPLP	Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020)
PIC	Plano Indicativo de Cooperação
PPG	Partido Popular de Goa
RIPES	Rede de Instituições Públicas de Educação Superior
SDN	Sociedade das Nações
TIC	Tecnologias de informação e comunicação
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique

ULCV	Universidade Lusófona de Cabo Verde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde
Uni-Mindelo	Universidade do Mindelo
UniPiaget	Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

INTRODUÇÃO

O presente estudo monográfico centra-se no tema: Visibilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa entre os Estudantes Universitários na Ilha de São Vicente.

Escolheu-se elaborar um trabalho investigativo acerca da CPLP, por ser uma organização internacional que suscita interesse pessoal à formanda, por constituir um tema da sua área de formação – Ciência Política e Relações Internacionais – e por ser uma organização internacional em que Cabo Verde – o país de origem da formanda – se encontra inserido. A CPLP é constituída por países que têm ligações históricas com Cabo Verde. Na atual conjuntura, em que a formação de blocos de países – visando a sua articulação no sistema internacional mediante interesses convergentes – é uma forma de atuação em voga, conhecer a CPLP é pertinente, uma vez que tem definido como uma das suas finalidades, promover a cooperação entre os seus membros.

O ensino superior foi o campo escolhido para análise dentro da esfera da cooperação desenvolvida nesse espaço de cooperação multilateral. A educação, dentro da esfera de atuação governamental, é o setor por excelência responsável pela transmissão de conhecimentos, valores e competências aos indivíduos. É um setor estratégico para a cooperação entre os Estados-membros da CPLP, uma vez que pode ser o canal de transmissão de conhecimentos aos cidadãos, bem como, permitir políticas conjuntas para o reforço da formação de quadros e da capacitação dos recursos humanos.

O setor da educação abarca o pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário, o ensino técnico-profissional, o ensino superior, a alfabetização e formação de adultos. Na impossibilidade de abordar neste estudo monográfico a cooperação em todos esses níveis de escolaridade devido a sua abrangência, optou-se por centrar o estudo no ensino superior, porque analisar o conhecimento dos estudantes universitários permite perceber os conhecimentos adquiridos ao longo dos níveis académicos anteriores.

Sendo os estudantes universitários agentes transformadores de qualquer sociedade, é importante saber o que eles pensam sobre a CPLP, uma vez que poderão ser elementos amplificadores das potencialidades dessa organização no futuro.

A condição de estudante universitária da formanda, reforçou o interesse pela cooperação no ensino superior desenvolvida no âmbito da CPLP. A esse respeito, tendo como

referência a realidade vivida, a percepção da formanda vai no sentido de que se veicula notícias nos órgãos de comunicação social em Cabo Verde sobre a CPLP, mas na realidade esta continua a ter pouca expressividade junto dos estudantes universitários em Cabo Verde, nomeadamente na ilha de São Vicente.

Hipóteses

Tendo em consideração o que foi anteriormente referido, neste estudo formularam-se duas hipóteses: 1) existe uma política de cooperação para o ensino superior no quadro da CPLP; 2) o fraco interesse dos estudantes universitários na ilha de São Vicente pela CPLP contribui para o pouco conhecimento acerca da cooperação no âmbito do ensino superior, concernente a esta Organização.

Objetivo geral

Ao longo da pesquisa que se pretende levar adiante, com o intuito de verificar as hipóteses supracitadas, definiu-se como objetivo geral: conhecer a cooperação multilateral no ensino superior desenvolvida no quadro da CPLP.

Objetivos específicos

Para se alcançar o objetivo geral, adotou-se três objetivos específicos: 1) conhecer a CPLP e obter informações sobre o seu funcionamento; 2) avaliar os instrumentos orientadores da cooperação na CPLP; 3) perceber o nível de conhecimento que os estudantes universitários residentes na ilha de São Vicente têm acerca da CPLP e da cooperação no ensino superior.

Considerações sobre o tema

Os objetivos foram definidos com a finalidade de saber quais os instrumentos que orientam a política de cooperação no domínio do ensino superior. Os objetivos relacionam-se diretamente com a vertente prática deste trabalho, em que se pretende

averiguar a perceção dos estudantes universitários sobre a cooperação no domínio do ensino superior e recolher subsídios por parte destes, quanto a iniciativas que podem ser desenvolvidas com o intuito de promover a CPLP junto dos universitários.

Neste trabalho de pesquisa, apresentar-se-á a estratégia de cooperação da CPLP, procurando perceber como esta tem influenciado a cooperação desenvolvida no quadro multilateral em matéria do ensino superior.

A cooperação tem sofrido alterações, em virtude das necessidades e da própria evolução da CPLP, cuja cooperação esteve em fase de reflexão por parte dos órgãos que a tutelam, onde foi elaborada uma nova estratégia e o respetivo documento operacional, aprovado em 20 de julho de 2017.

A estratégia de cooperação que se vai apresentar é a que esteve vigente de 2009 até ao período anterior à aprovação da nova estratégia, porque as entrevistas que suportam a parte prática de análise deste trabalho, foram realizadas entre os dias 20 e 27 de junho de 2017, altura em que estava ainda em vigor, a estratégia de cooperação aprovada em 2009.

Os Estados-membros da CPLP têm os seus próprios mecanismos de cooperação, desenvolvem cooperação no plano multilateral, e há ações desenvolvidas a nível trilateral e bilateral. Este estudo centra-se nas ações desenvolvidas no plano multilateral.

Estrutura

O trabalho é constituído por três capítulos, sendo o primeiro capítulo sobre a cooperação internacional, a política externa e as organizações internacionais. Este capítulo subdivide-se em vários subcapítulos que tratam da origem e evolução das organizações internacionais, do conceito de organização internacional e da polarização do mundo durante a “Guerra Fria”.

O segundo capítulo destaca a criação da CPLP e nos vários subcapítulos procura-se clarificar os vários conceitos como comunidade lusófona e lusofonia. Encontra-se dividido em subcapítulos que procuram elucidar acerca dos princípios orientadores, a organização e os órgãos da Organização, assim como os instrumentos orientadores da cooperação.

Por último, o terceiro capítulo antes de analisar as entrevistas realizadas aos estudantes universitários em São Vicente, versa sobre a cooperação desenvolvida no domínio do ensino superior, destacando a evolução das deliberações saídas das reuniões ministeriais, até se chegar ao documento com o título: Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020) (PECM-C&T-ES/CPLP) que destaca o plano estratégico da cooperação multilateral na ciência, na tecnologia, no ensino superior, os seus eixos estratégicos e o respetivo plano de ação, que se encontra reproduzido no Anexo.

Metodologia

O presente estudo será uma pesquisa exploratória e com uma abordagem qualitativa, permitindo uma compreensão inicial do tema do trabalho.

Nas técnicas de recolha de dados, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental, à entrevista estruturada e à técnica de história de vida. A pesquisa bibliográfica e documental teve por finalidade a recolha de dados e de informações acerca da CPLP e da cooperação que desenvolve no domínio do ensino superior. A pesquisa documental incide no período cronológico entre 1996 a 20 de junho de 2017, data da realização das entrevistas aos estudantes universitários na ilha de São Vicente, utilizadas com o intuito de recolher informações e as experiências pessoais dos estudantes.

Juntamente com a entrevista, utilizou-se a técnica de história de vida. Ela foi aplicada na elaboração das perguntas presentes no guião das entrevistas, permitindo recolher informações sobre o contexto sócio familiar dos entrevistados, perceber se o tema CPLP faz parte do quotidiano dos estudantes universitários, se demonstram interesse por esse tema, bem assim, se conhecem a cooperação no ensino superior desenvolvida no quadro da CPLP.

As entrevistas foram realizadas a estudantes universitários que residem e frequentam instituições de ensino superior na ilha de São Vicente. Estas entrevistas foram aplicadas aos alunos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), do Instituto Universitário de Educação (IUE), do Mindelo _ Escola Internacional de Arte (M_EIA), da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), da Universidade do Mindelo

(Uni-Mindelo), da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UniPiaget) e da Universidade Lusófona de Cabo Verde (ULCV).

CAPÍTULO I – RELACIONAMENTO ENTRE ESTADOS E COOPERAÇÃO

Ao longo da história dos Estados, enquanto forma de organização societária, estes procuraram criar mecanismos que viabilizassem o estabelecimento de relações entre si. Tendo sempre em mente os interesses nacionais, procuraram-se novas formas de interação que permitissem ter acesso a novos recursos e que auxiliassem na resolução de problemas, que demandavam uma ação concertada.

O fim da “Guerra Fria” trouxe mudanças no sistema internacional, o que teve implicações no relacionamento entre as recentes ex-colónias portuguesas e Portugal, mas também a nível global. Após o desanuviamento das tensões, abriram-se novas oportunidades para um quadro de diálogo e cooperação; verificou-se uma crescente tendência para a globalização e a interdependência entre os Estados (Leandro, 1999).

A globalização é um processo que se vem desenvolvendo e que vem acompanhando o Homem ao longo da sua evolução. As sociedades tinham e têm necessidades que os Estados, sozinhos, não conseguem satisfazer. Por conseguinte, foi-se aumentando e intensificando as relações entre Estados e entre os seus cidadãos, permeando a circulação de pessoas, bens, serviços, capitais, informação, entre outros.

Na verdade, esse “livre fluxo de capitais, mercadorias e pessoas” (Maciel, 2015, p. 52) é resultante da “mudança do sistema intervencionista *keynesiano* e de recuo do *welfare state*, para um sistema assente nos princípios do neoliberalismo” (Maciel, 2015, p. 52).

A globalização, assente nos princípios neoliberais, é alvo de críticas, sendo estas direcionadas aos efeitos por ela produzidos em contraposição aos benefícios que ela preconiza e

apontam para o facto de que, na aplicação dessa economia globalmente liberalizada, houve fracassos comprometedores que privilegiaram os novos centros e acentuaram a situação de ‘marginalidade’ das periferias, acabando a globalização por não estar a responder à necessidade de fazer chegar os seus prometidos benefícios aos que mais necessitam deles (Maciel, 2015, p. 52).

Assim sendo, “[s]e é verdade que esta ‘nova’ realidade traz benefícios incontornáveis, não é menos verdade que produz efeitos colaterais e cíclicos menos positivos ou mesmo perversos” (Maciel, 2015, p. 53).

O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), e também dos transportes, são fatores que contribuem para a globalização, tendo como uma das suas consequências o encurtar das distâncias geográficas. Fenómenos que, antes eram afetos a um determinado espaço geográfico, agora extravasam as suas consequências além-fronteiras.

Neste contexto, ao mesmo tempo que se verifica a possibilidade de acesso a novos recursos, ao diálogo, à concertação de ações e o acesso a soluções para as demandas dos Estados e das populações, o processo de globalização também permitiu que consequências negativas de um fenómeno, ocorrido num determinado espaço geográfico, tivessem impacto regional ou mesmo global.

As crises económicas e financeiras, as crises humanitárias e as migrações, as epidemias, o terrorismo e as questões securitárias, as questões climáticas como o aquecimento global e a emissão de gases poluentes, são exemplo de temas que hoje fazem parte da agenda internacional e aos quais os Estados, isoladamente, não conseguem dar resposta.

A abordagem conjunta dos problemas é premente e não se justifica somente pela questão de união de esforços e recursos, mas também porque os problemas afetam a todos.

1.1. Cooperação Internacional

Cooperação é um “ato ou ação de trabalho conjunto com um objetivo comum” (Vieira, 2014, p. 116), ou ainda, o “acordo voluntário em que duas ou mais entidades acordam partilhas e/ou atividades benéficas para ambos, em vez de competição” (Vieira, 2014, p. 116).

Para que se considere uma relação de cooperação, é necessário que haja duas ou mais partes envolvidas para que, em primeiro lugar, se estabeleça uma relação. A cooperação requer o engajamento entre as partes, resultante de um acordo voluntário, e não por via da coerção. Esse trabalho conjunto redundará em benefício mútuo.

O facto da cooperação ser vantajosa para as partes impulsiona o estabelecimento de relações e a união de esforços. Os intervenientes numa relação de cooperação, mesmo que os seus interesses não sejam necessariamente os mesmos, estes podem ser

convergentes, e os seus objetivos podem ser alcançados por meio do trabalho em conjunto.

Assim sendo, a cooperação internacional é “o mecanismo de um Estado ou entidade/instituição para a promoção do intercâmbio e/ou cedência de recursos e *know-how*, que pode ser técnico, tecnológico ou financeiro” (Vieira, 2014, p. 116), ou pode ser entendida, no que Vieira classifica de sentido mais restrito, como “o auxílio que um organismo (Estado ou Organização Internacional) presta a outro para a realização de medidas de natureza diversa” (Vieira, 2014, p. 116).

A cooperação internacional pode ser realizada com a finalidade de estabelecer relações de permuta entre as partes envolvidas, em que ambas desempenham um papel ativo. É prática recorrente, na cooperação internacional, que ela se enquadre no auxílio que um organismo presta a outro, ocupando posições de doador e de beneficiário. Normalmente, o primeiro desempenha um papel ativo e o segundo um papel passivo, subordinado ao primeiro.

Partindo da assunção de benefício mútuo entre as partes, a cooperação internacional pode ser questionada. Isso porque nem sempre as partes beneficiam da mesma forma e na mesma medida. Está consignada na Carta das Nações Unidas a igualdade entre os Estados, sejam eles grandes ou pequenos, mas, na prática, observa-se uma disparidade de forças. Os Estados possuem capacidades económica, política, militar, demográfica e tecnológica diferentes, pelo que não possuem a mesma capacidade de influência e de negociação.

No caso da cooperação para o desenvolvimento, os países doadores impõem condicionantes políticos e/ou económicos aos beneficiários, fazendo prevalecer os seus interesses particulares, e nem sempre se observa a obtenção dos resultados pretendidos pelos beneficiários quando estes passam por programas de ajustamento estrutural. Bem assim, as ajudas são norteadas mediante a perspectiva do doador, tendo em conta o seu modelo ideológico, o que, por vezes, não se adequa à realidade dos beneficiários, pondo em causa a eficácia das ajudas aquando da sua implementação.

Na realidade, “o Ocidente tend[e] a considerar, frequentemente, que toda e qualquer sociedade moderna se deve aproximar” (Maciel, 2015, p. 54) da sociedade ocidental,

Tendência que tem gerado inúmeras críticas sobre a falta de adaptabilidade e aplicação de medidas viáveis e exequíveis na cooperação com os países menos desenvolvidos, não se levando em conta alegadas singularidades das realidades concretas do Sul (Maciel, 2015, p. 54).

Contudo, uma outra crítica chama a atenção para o aspeto dos objetivos comuns, considerando que a cooperação que visa a ajuda e a assistência aos países em desenvolvimento, os beneficia mais do que aos doadores. Muito embora, os doadores

não sejam desinteressados, os objectivos dos prestadores de assistência são de natureza muito diversa (em geral são de natureza política) da finalidade visada pelos beneficiários da acção da [organização internacional] incumbida da angariação e distribuição da ajuda (Campos J. M., 1999, p. 40).

Essas situações são o reflexo das disparidades de força entre os Estados que querem estar em posição de igualdade, em que as posições de doador e beneficiário desapareçam. Assumem as posições de parceiros, procurando estabelecer relações em que, efetivamente, as duas partes sejam beneficiadas. Pretende-se que seja uma relação em que haja interação nos dois sentidos.

É necessário que a cooperação beneficie ambas as partes, caso contrário, acentua-se o desequilíbrio de forças entre os Estados. Estes podem beneficiar-se em graus diferentes, mas não deixa de haver benefício. Partindo do pressuposto da soberania dos Estados, ao estabelecerem relações de cooperação, os Estados fazem-no em consonância com o princípio da voluntariedade. Assim sendo, *a priori*, essa relação mostra-se vantajosa ou necessária.

1.1.1. Política externa e cooperação

A política externa dos Estados determina a sua atuação no plano internacional, bem como as relações que estabelecem com outros Estados e outras entidades; a cooperação internacional é um instrumento da política externa dos Estados.

A cooperação enquanto instrumento da política externa não deixa de ter a sua utilidade, enquanto instrumento de aproximação entre os Estados, de acesso a recursos diversos e de resolução conjunta de problemas. No entanto, ela não escapa às desigualdades de força presentes no sistema internacional.

A cooperação internacional assume relevância no sistema internacional, se tivermos em consideração a crescente interdependência entre os Estados e os povos (Campos J. M., 1999) e a demanda de resolução de problemas que afetam a todos e que requerem uma ação conjunta. Outro aspeto é a necessidade de relações amistosas e pacíficas entre Estados, num contexto conflitual e de concorrência de interesses.

No primeiro capítulo, artigo 1, ponto 3, da Carta das Nações Unidas, a cooperação é apontada como um mecanismo para a resolução pacífica de problemas internacionais, abarcando os domínios económico, social, cultural, humanitário e para o desenvolvimento. A cooperação internacional também é tida como uma forma de estimular a partilha de valores entre os Estados, valores como o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (Naciones Unidas, 1945).

Os Estados devem trabalhar em conjunto na prossecução de interesses convergentes e desenvolvendo vias de diálogo, para contribuir para a aproximação e a harmonização das relações interestatais no sistema internacional.

A cooperação internacional tanto pode operar-se a nível das relações bilaterais desenvolvidas no quadro da rede diplomática, como a nível das relações multilaterais no quadro das instituições internacionais (Silva, 2012). Cada vez mais,

os países procuram a afirmação dos seus interesses nacionais num contexto de multilateralização do relacionamento, aderindo e integrando em simultâneo várias organizações de índole política, cultural, económica e de segurança, onde se revêem e para onde convergem as suas aspirações de Segurança e Bem-Estar (Leandro, 1999, p. 16).

A cooperação internacional pode ser efetuada em qualquer área em que se sinta necessidade, nomeadamente nos setores económico, social, técnico, financeiro e monetário, humanitário, de segurança, científico e cultural.

Um dos espaços onde se processa a cooperação internacional é nas organizações internacionais (OI), fóruns multilaterais de cooperação; as organizações internacionais são “um dos elementos mais característicos da sociedade internacional contemporânea” (Silva, 2012, p. 31) e tiveram uma grande expansão desde o surgimento da Comissão Central para a Navegação do Reno, em 1815.

A razão de ser da expansão das organizações internacionais está, precisamente, nas finalidades que estas desempenham para os Estados; as organizações intergovernamentais criaram “um novo circuito de comunicação, que oferece aos Estados um quadro permanente para o tratamento colectivo dos seus problemas” (Silva, 2012, p. 31).

A cooperação é uma das razões de ser das organizações internacionais, que desempenham o papel de “instrumento[s] de aproximação pacífica e de cooperação entre os Estados” (Campos J. M., 1999, p. 25). Para concluir, a cooperação internacional e as organizações internacionais estão estreitamente ligadas, pelo que faz sentido uma explanação acerca destas últimas.

1.2. Origem e evolução das organizações internacionais

Neste subcapítulo será destacada a origem e a evolução das organizações internacionais. Pode-se datar a origem das organizações internacionais a partir dos Tratados de Vestefália (1648), que marcam o início de uma nova abordagem na relação interestatal, em que as questões políticas multilaterais entre os Estados passaram a ser tratadas nos congressos, uma vez que

O sistema de congressos, significava a consciencialização generalizada entre as grandes potências, da inviabilidade das hegemonias e da inevitabilidade da partilha do poder, da necessidade de resolução concertada das problemáticas e das soluções negociadas (Santos, 2012, p. 92).

O sistema de congressos representava os primeiros passos efetivos, dados pelos atores internacionais dominantes à época – os Estados –, no sentido de uma ação concertada para a resolução de questões internacionais. As ações individuais e estanques por parte dos Estados não têm o mesmo alcance em termos de resultados, num contexto de interdependência que tende a aprofundar-se.

Após o Congresso de Viena, em 1815, o sistema de congressos evoluiu para o sistema de conferências diplomáticas (Santos, 2012). O sistema anterior requeria a presença dos dirigentes dos países participantes, como ministros dos Governos ou os monarcas, e eram feitas reuniões regulares.

Nas conferências diplomáticas, manteve-se a periodicidade das reuniões, mas estas passaram a contar com a presença de representantes ou agentes diplomáticos; os dois sistemas continuaram a funcionar simultaneamente.

O sistema de conferências diplomáticas contribuiu para o advento das organizações internacionais e para a instalação de um aparelho burocrático permanente, com agentes diplomáticos dos países-membros das organizações (Santos, 2012). Criaram-se gabinetes ou secretariados encarregados da coordenação das ações adotadas e de dar continuidade aos trabalhos nos períodos entre as sessões das conferências. Esses secretariados, normalmente, desempenhavam uma função técnica e funcional.

Na sequência disso, ainda no século XIX, foram criadas organizações de caráter permanente, voltadas para áreas específicas, com finalidades administrativas e técnicas. Neste contexto a

necessidade de assegurar a gestão conjunta de certos interesses comuns criou as condições para a constituição das primeiras formas de organização internacional. O carácter marcadamente instrumental dessas primeiras formas de organização, voltadas sempre para a prossecução de objectivos muito específicos, justifica a designação que lhes foi dada de *uniões administrativas* (Santos, 2012, p. 94).

Como exemplo dessas organizações, pode-se mencionar a Comissão Central para a Navegação do Reno ou Comissão Fluvial do Reno¹, criada pela Convenção de Mogúncia (ou Mainz), em 1831. A Comissão tinha sede permanente em Estrasburgo e era responsável pela navegação no rio Reno, um rio internacional (Santos, 2012).

As uniões administrativas, que proliferaram principalmente na segunda metade do século XIX, deixaram legados organizacionais observados até hoje. A União Telegráfica Internacional, criada em 1865, passou a ser a União Internacional das Telecomunicações em 1932, e, posteriormente, integrou a constelação da Organização das Nações Unidas (ONU), instituída pela Carta de S. Francisco, em 1945, tendo a sua génese na Sociedade das Nações (SDN) (Campos J. M., 1999).

¹ Teve a sua criação prevista na Ata Final do Congresso de Viena, em 1815, mas somente em 1831 é que se deu a sua formalização.

Outra organização que pertence à constelação onusiana é a União Postal Universal, criada em 1878, que antes era a União Geral dos Correios, de 1874. Em 1890, institui-se a Repartição Central dos Transportes Internacionais; em 1896, surge a União Radio-telegráfica Internacional, etc. (Campos J. M., 1999).

O número de organizações internacionais aumentou e já não se restringiam às áreas administrativas e técnicas. Surgiram organizações de caráter económico, pacifista e de âmbito diverso (Campos J. M., 1999), atuando nas áreas onde houvesse carência de ações conjuntas para responder ao interesse dos Estados.

As organizações passaram a ter um alcance regional e mesmo universal. Duas organizações internacionais que representam um marco importante na história das relações internacionais, pelo legado que deixaram e pela atuação que ainda hoje uma delas tem, são a SDN e a ONU, que surgiram na sequência das duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945), respetivamente, pois, devido à devastação que tais conflitos provocaram, foi estimulada a demanda por relações pacíficas entre os Estados. Tanto a SDN como, depois, a ONU foram perspetivadas no sentido de terem um alcance global, embora a SDN não tenha conseguido cumprir esse desígnio.

Nos finais da Primeira Guerra Mundial, sob a proposta do Presidente norte-americano, Woodrow Wilson, o Tratado de Paz de Versalhes de 1919 formaliza a SDN, que tem por objetivo principal a resolução pacífica de conflitos entre os Estados. Pretendia-se que a SDN fosse um espaço de diálogo e de concertação entre os Estados, evitando futuras guerras, para impedir que um novo conflito atingisse proporções idênticas ou superiores às da Primeira Guerra Mundial. Pretendia-se ainda que fomentasse a cooperação e o livre comércio entre os Estados.

A SDN falhou em travar os ímpetus expansionistas de Estados-membros, conduzindo à corrida armamentista e à celebração de pactos militares na década de 30, bem como na arbitragem de conflitos. A finalidade da SDN era manter a paz e evitar outra guerra mundial; teve as suas limitações e falhas quanto ao cumprimento dos seus objetivos, mas foi um projeto que deu frutos porque nela se encontram as sementes da atual ONU, que manteve os princípios da SDN, procurando desenvolvê-los.

A ONU manteve um dos objetivos principais da SDN, que é a promoção da paz e da segurança internacional e estendeu a sua atuação a várias áreas, reforçando a cooperação

internacional, nos mais variados campos temáticos, incluídos na agenda internacional ou interna dos Estados-membros e das suas populações.

Com a criação da ONU, houve uma grande expansão das organizações internacionais, quer em termos numéricos, quer em áreas de atuação. A ONU agregou na sua estrutura orgânica “diversos organismos preexistentes ou criados depois da [Segunda] Guerra Mundial” (Campos J. M., 1999, p. 30). Passaram a constituir o sistema das Nações Unidas, enquanto agências especializadas, conhecido também pela constelação onusiana. Não obstante integrarem o sistema das Nações Unidas, estas mantêm a sua autonomia.

1.2.1. A conceptualização das organizações internacionais

O conceito de organizações internacionais resulta da evolução histórica. A noção que se desenvolveu acerca de organizações internacionais está associada aos Estados, enquanto atores no sistema internacional. Partindo do período do Estado moderno, este era o ator internacional por excelência, gravitando em sua volta as questões internacionais.

A agenda internacional encontrava-se centrada nas questões de segurança, ligadas à integridade territorial e à soberania dos Estados, bem como às questões económicas. A nível internacional, os Estados reconheciam-se mutuamente no tocante à resolução de problemáticas internacionais, enquanto representantes legítimos e legais dos povos.

A conceptualização de organizações internacionais estava associada à ideia de entidades constituídas por Estados, designadas organizações intergovernamentais (OIG). As organizações internacionais eram conotadas como OIG. Essa visão ainda hoje subsiste, assumindo o Estado como o principal ator no sistema internacional.

A atual conjuntura internacional difere do contexto mundial que assistiu ao surgimento das organizações internacionais. A agenda internacional alargou-se. Temas que antes eram da esfera interna dos Estados, agora pertencem à esfera internacional e vice-versa, demandando a intervenção do Estado em várias frentes.

Perante a dificuldade dos Estados em dar resposta a tão variada panóplia de demanda, têm surgido sinergias no domínio civil, colmatando as lacunas na ação estatal. Existem também outras instituições que têm alcançado grandes dimensões a nível económico, capazes de condicionar os Estados a esse nível.

Os defensores desta abordagem reiteram que as organizações internacionais não se restringem às organizações intergovernamentais, pelo que englobam também forças transnacionais, definidas como

movimentos e correntes de solidariedade de origem privada que tentam estabelecer-se através das fronteiras e fazer valer ou prevalecer o seu ponto de vista no sistema internacional (Silva, 2012, p. 22).

Nesta definição de forças transnacionais, enquadram-se as organizações não governamentais (ONG), empresas multinacionais, os grupos terroristas/movimentos de libertação nacional e a opinião pública internacional. Este conceito articula-se com o conceito de ator internacional.

É ator aquele que “detém um meio de influência [...], tornando-se actor ocasional quando faz uso do seu poder” (Silva, 2012, p. 21). Desta feita, considera-se que há outros atores no sistema internacional, também organizados e atuando no âmbito transnacional, que podem ser considerados organizações internacionais.

Assim sendo, as organizações internacionais subdividir-se-iam em organizações intergovernamentais, não governamentais e transnacionais. *Grosso modo*, as OIG são constituídas por acordos firmados entre Estados e tendo-os como membros. As ONG têm como membros grupos particulares ou indivíduos, não perseguem fins lucrativos e, normalmente, têm carácter consultivo junto das OIG.

As organizações transnacionais são constituídas por burocracias não governamentais, que atuam no âmbito transnacional e não operam por representatividade, perseguindo fins próprios, sem demandas sociais. Essas forças transnacionais supracitadas – à parte as ONG – enquadrar-se-iam dentro destas tipologias de organizações internacionais.

Os Estados têm sido tradicionalmente, os principais atores no sistema internacional, mas tal tem vindo a alterar-se com a participação das OIG (Silva, 2012), que estão dentro da esfera de influência dos Estados, na medida em que são por eles constituídas, mas são conhecidas

outras relações que fogem parcial ou mesmo totalmente ao controlo dos Estados, como as movimentações de pessoas, de capitais, de mercadorias, de ideias, etc. Todas estas relações podem ter importantes repercussões nos Estados, contentando-se estes em reagir às actividades desenvolvidas por

indivíduos ou grupos que agem por iniciativa própria, orientados por objectivos que lhe são próprios (Silva, 2012, p. 21).

O Estado é o principal ator internacional, a que se atribuem direitos e deveres no plano internacional. Ribeiro explica que a “qualidade de membro de uma organização internacional está, em princípio, limitada aos Estados, sujeitos plenos de direito internacional” (Ribeiro, 2014, p. 353). Para Silva o “Direito Internacional, criado pelos Estados e concebido para os Estados, ignora ou só residual ou acessoriamente trata os fenómenos transnacionais” (Silva, 2012, p. 22).

As forças transnacionais são de natureza e de intensidade muito diferentes (Silva, 2012). As OIG são constituídas pelos Estados, sujeitos plenos do Direito Internacional, e elas também são sujeitos do Direito Internacional.

Na sentença decretada pelo Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), em 11 de abril de 1948, no concernente a uma queixa apresentada pela ONU², ajuizou-se que a

Organização é uma pessoa internacional. Isto não equivale a dizer que a Organização seja um Estado, o que certamente não é, ou que sua personalidade jurídica, os seus direitos e os seus deveres sejam os mesmos que os de um Estado. Isto ainda menos equivale a dizer que a Organização seja um *superestado*, qualquer que seja o sentido dessa expressão. Isto não implica que todos os direitos e deveres da Organização se devam situar no plano internacional, nem tão-pouco que deva comportar todos os deveres e direitos de um Estado. Isto significa que a Organização é um sujeito de Direito Internacional, que tem a capacidade de ser titular de direitos e de deveres internacionais e que tem a capacidade de fazer prevalecer estes direitos por via de queixa internacional (Silva, 2012, p. 35).

As ONG são sujeitos de Direito Interno, pelo que são regidas pelo ordenamento jurídico interno do território onde se constituíram. As multinacionais são sujeitos do Direito Internacional Privado, aplicado de acordo com a jurisdição interna de cada Estado. Os movimentos de libertação nacional/grupos terroristas e a opinião pública internacional

² A sentença decretada pelo TIJ foi relativa a uma queixa apresentada pela ONU referente à indemnização por perdas sofridas ao serviço da ONU, com o assassinato do mediador da ONU em exercício de funções, Folke Bernadotte.

não são sujeitos do Direito Internacional, e Silva classificou-os como “forças espontâneas” (Silva, 2012, p. 22).

Tendo em conta que a CPLP é uma organização intergovernamental, não se aprofundará o debate em torno das diferentes tipologias de organizações internacionais. Organização é uma palavra que pode ser entendida como uma entidade específica e a palavra internacional faz referência

tanto às relações intergovernamentais ou interestatais, como relações transnacionais, que se desenvolvem entre organizações não-governamentais, multinacionais, etc., e ainda às relações transgovernamentais que se processam entre entidades governamentais, sub-estatais diversificadas, de Estados diferentes (Santos, 2012, p. 97).

Não obstante estar-se de acordo com uma definição de organização internacional no sentido mais amplo, englobando essa diversidade de organizações, e de se ter a consciência do papel que podem desempenhar no sistema internacional, conferindo-lhes o papel de atores internacionais, o conceito de organização internacional adotado no presente trabalho será mais restrito e partirá de uma linha-base, que é ser sujeito do Direito Internacional, ou seja, uma entidade observada pelo Direito Internacional, a mesma jurisdição que regula a relação entre os Estados no plano internacional. Por conseguinte, uma organização internacional é uma

associação de sujeitos de direito internacional constituída com carácter de permanência por um adequado acto jurídico internacional, com vista à realização de objetivos comuns aos seus membros, prosseguidos através de órgãos próprios habilitados a exprimir, na conformidade das regras pertinentes do pacto constitutivo, a vontade própria – juridicamente distinta da dos seus membros – da especial pessoa jurídica que a [Organização Internacional] é (Campos J. M., 1999, p. 37).

1.3. A “Guerra Fria” e a polarização do mundo

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo viu-se a braços com um novo conceito de guerra – a “Guerra Fria”, tensões a nível global, provocadas por ideologias antagónicas, que envolveram os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com os seus respetivos aliados. A polarização do mundo,

colocando Estados apologistas do capitalismo de um lado e do comunismo/socialismo de outro, condicionou a relação entre muitos Estados.

A “Guerra Fria” foi marcada pela bipolarização do sistema internacional devido à rivalidade entre os EUA e a URSS, assente no equilíbrio pela dissuasão nuclear. Detendo a capacidade de se destruírem mutuamente por meio de uma intervenção nuclear, as duas superpotências nunca se confrontaram em conflitos armados diretos, mas influenciaram vários conflitos que deflagraram nesse período, apoiando lados opostos. Como exemplo, pode-se apontar: a Guerra da Coreia, a crise dos mísseis de Cuba, a Guerra do Vietname e conflitos nos países saídos da descolonização (Mendes, 2014).

O declínio da “Guerra Fria” viria na sequência da ascensão ao poder de Mikhail Gorbachev, que tomou uma série de medidas que tiveram como consequências a transição política na Europa de Leste – simbolicamente conotada à ‘queda do muro de Berlim’ –, a dissolução do Pacto de Varsóvia e o desmembramento da URSS em 1991 (Mendes, 2014).

No caso das colónias portuguesas, além de estarem envolvidas na luta pela independência política, a isto ainda se acrescia as repercussões da “Guerra Fria”. Muitos apoiantes da causa das colónias eram países defensores da ideologia de esquerda, ressaltando aqui o apoio de Cuba e da URSS. Esses laços mantiveram-se após a independência desses países e, com isso, arrastaram-se as tensões ideológicas para a realidade dos Estados recém-formados.

As colónias portuguesas, no período da luta de libertação, criaram, em 18 de abril de 1961, em Casablanca, Marrocos, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)³, uma organização constituída pelos movimentos nacionalistas, com o intuito de congregar esforços entre si para a luta pela autodeterminação dos seus povos (Lopes, 2012). O ex-presidente da República de Cabo

³ Fazia parte da CONCP o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o Partido Popular de Goa (PPG) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), mais tarde substituída pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A CONCP foi um meio utilizado por esses movimentos para cooperarem entre si; para comunicarem e coordenarem as suas ações, a fim de alcançar um objetivo comum, que era a libertação das colónias.

Verde, Aristides Maria Pereira (1923-2011)⁴, reconheceu o papel da CONCP no período da luta pela independência política e o facto daquela organização ter contribuído para a luta anticolonial (Lopes, 2012).

Após a independência das colónias portuguesas em África, estas procuraram enquadrar as relações que tinham forjado no passado – em especial no tempo dos movimentos de libertação – a nível do Estado (Lopes, 2012). Em 1979, realizou-se em Luanda uma cimeira de chefes de Estado em que se formalizou a existência do grupo dos Cinco – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Os chefes de Estado dos países que constituíam os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) “tinham por hábito fazer reuniões periódicas para tomadas de posições conjuntas sobre questões de ordem internacional e não só” (Lopes, 2012, p. 351). Os PALOP constituíram-se no primeiro grupo de concertação político-diplomática com carácter multilateral entre chefes de Estado de países de expressão portuguesa, embora pertencentes ao mesmo continente.

No que concerne à génese da CPLP, organização internacional, a sua origem tem como base as relações estabelecidas entre Brasil e Portugal, ainda num período em que esses dois países eram os únicos países lusófonos soberanos:

No fundo, a CPLP é herdeira da Comunidade Luso-Brasileira, que teve o seu ponto alto com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta celebrado entre Portugal e o Brasil, no Rio de Janeiro, a 16 de Novembro de 1953 (Rodrigues, 2005, p. 189).

O Tratado de Amizade e Consulta de 1953 insere-se num período de forte aproximação entre Portugal e o Brasil, tendo sido firmado “tratados de emigração e trabalho, de dupla nacionalidade e de intercâmbio artístico e literário” (Campos J. S., 1996, p. 317). Os aspetos fundamentais do Tratado de Amizade e Consulta de 1953 são: “[o] reconhecimento jurídico da Comunidade Luso-Brasileira”; “[a] consulta mútua relativa a problemas comuns da comunidade”; “[a] criação de um estatuto de “quase nacional” aos cidadãos de ambos os países” (Campos J. S., 1996, p. 317).

⁴ Nasceu na ilha da Boavista. Foi o primeiro presidente de Cabo Verde (1975-1991). Foi um dos fundadores do PAIGC, tendo sido eleito secretário-geral daquele movimento de libertação após a morte de Amílcar Cabral (1924 -1973) (Lopes, 2012).

O mesmo explica que nos anos subsequentes, o contexto interno vivido por Brasil e Portugal alterou-se, tendo os dois países estratégias políticas distintas, que aliado ao processo de descolonização, a Comunidade Luso-Brasileira “caiu no esquecimento” (Campos J. S., 1996, p. 310).

A queda do muro de Berlim, em 1989, é um marco importante na história do século XX, simbolizando o fim da “Guerra Fria”, ou pelo menos, o prenúncio do fim. O mundo, até então bipolar, passou a ser regido por uma dinâmica diferente e

No plano das instituições diplomáticas, essa nova fase no relacionamento internacional viria a contribuir para o aparecimento de organizações baseadas em estruturas simples e flexíveis, derivadas da reunião de países em torno da defesa de valores e interesses comuns e que aspiram a agir com eficácia, presteza e economia de meios (Alves, 1998, pp. 25-26).

A nova conjuntura mundial após 1989 deu espaço a um desanuviamento das tensões e, seguindo a tendência no plano internacional de integração nessas estruturas organizacionais, mais à frente, os países de língua oficial portuguesa viriam a constituir um novo espaço para o alavancar das suas relações.

CAPÍTULO II – COMUNIDADE LUSÓFONA E LUSOFONIA

Este capítulo irá debruçar-se sobre os conceitos comunidade lusófona, lusofonia e os princípios orientadores da cooperação entre os Estados da CPLP.

2.1. Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Referente às ex-colónias portuguesas, no caso concreto dos PALOP, até ao ano de 1989 todos aderiram ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI fazia parte do sistema de Bretton Woods, orientado para o capitalismo; a adesão dos PALOP ao FMI permite a assunção de que as dissidências de foro ideológico estavam esmorecendo.

O primeiro país a aderir ao FMI foi a Guiné-Bissau, em 1977, seguiu-se São Tomé e Príncipe, em 1977, Cabo Verde, em 1978, Moçambique, em 1984, e Angola, em 1989 (International Monetary Fund, s.d.). Das outras ex-colónias portuguesas, o Brasil – país independente desde o século XIX – aderiu em 1946, e Timor-Leste viria a pertencer à instituição em 2002, após alcançar a sua autodeterminação no mesmo ano. Vale ainda mencionar, a título de informação, que Portugal fez-se membro em 1961, e a Guiné Equatorial – futuro membro da CPLP – em 1969.

Em 1989, realizou-se em São Luís do Maranhão, Brasil, a primeira conferência entre chefes de Estado e de Governo dos sete países de língua oficial portuguesa. À data, todos esses países já faziam parte do FMI. Na conferência deu-se a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)⁵, com a finalidade de valorização e difusão da língua portuguesa, considerado o primeiro passo efetivo dado pelos países de expressão portuguesa – pertencentes a vários continentes – no sentido de se criar uma organização formal (Campos J. S., 1996).

Dos vários contributos para impulsionar a institucionalização da CPLP, convém destacar a iniciativa do embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira que em março de 1993,

⁵ O IILP foi criado em 1989. Foi somente em 2001 é que viu os seus estatutos aprovados, condição para o seu funcionamento. A partir de 2005, passou a ser um órgão da CPLP e está sediado na cidade da Praia em Cabo Verde (Coutinho, 2014).

ocupando o cargo de embaixador do Brasil em Lisboa, apresentou ao presidente brasileiro, Itamar Franco, o projeto para a criação da CPLP (Campos J. S., 1996).

O embaixador brasileiro teve um papel ativo no âmbito das relações do Brasil com África, enquanto secretário do presidente Jânio Quadros, em 1961. Posteriormente, como ministro da Cultura na presidência de José Sarney, “promove diversos encontros entre intelectuais portugueses, africanos e brasileiros” (Campos J. S., 1996, p. 321). O embaixador contribuiu também para a criação do IILP (Alves, 1998).

Após parecer positivo do presidente Itamar Franco à proposta que lhe foi apresentada, Aparecido de Oliveira procedeu a entrega presencial de uma carta presidencial dirigida aos demais chefes de Estado e de Governo dos sete Estados (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe), tendo como conteúdo a dita proposta. Em resposta veio a aprovação por parte dos demais chefes de Estado e de Governo, cabendo assim ao Aparecido de Oliveira, a socialização do projeto (Alves, 1998).

O projeto passou por um período de reflexão, “marcado por intensa mobilização, envolvendo aqueles sectores da sociedade mais capacitados a contribuir com ideias e conceitos para a iniciativa” (Alves, 1998, p. 27). Realizaram-se seminários, “mesas redondas, publicação de artigos na imprensa e de entrevistas das principais autoridades e personalidades interessadas no processo” (Alves, 1998, p. 27).

A primeira mesa-redonda aconteceu em outubro de 1993, no Rio de Janeiro; a segunda em dezembro de 1993, em Lisboa; a terceira em janeiro de 1994, em Luanda; a quarta em junho de 1994, na Praia; a quinta em outubro de 1994, no Brasil (Campos J. S., 1996). Também em Maputo, em maio de 1994, teve lugar um seminário.

Em fevereiro de 1994 reuniram-se em Brasília os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos sete Estados que decidiram empreender esforços para a constituição da CPLP. Para o efeito, ficou agendado uma conferência entre os chefes de Estado e de Governo ainda no primeiro semestre de 1994 com a finalidade de celebrar o ato constitutivo da Organização (Campos J. S., 1996). Foi criado o Grupo de Trabalho de Concertação Permanente para alcançar tal propósito, sendo este formado pelos embaixadores dos sete países e pelo diretor-geral dos Negócios Políticos e Económicos de Portugal (Campos J. S., 1996).

Os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores reunidos em Brasília, acordaram que a organização a ser criada tinha como linhas gerais a valorização e divulgação da língua portuguesa, a concertação política e a cooperação (Campos J. S., 1996). A cooperação tinha como meta abarcar os domínios social, cultural, económico, interparlamentar e interuniversitário. Propôs-se a criação de um Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa, a recuperação do IILP e o aprofundamento do debate em torno da criação da Universidade dos sete Estados.

A CPLP deveria ter sido criada na conferência de chefes de Estados e de Governo a realizar-se em Lisboa a 28 de junho de 1994, mas não ocorreu, devido ao cancelamento da conferência por razões de ordem diplomática; em 20 de julho de 1995, mais uma vez, a criação da CPLP foi adiada; em abril de 1996, em Maputo, reuniram-se os embaixadores dos sete Estados, agora sob a designação de Comité de Embaixadores, tendo decidido que a CPLP seria instituída na conferência de Lisboa, a realizar-se a 17 de julho de 1996 (Campos J. S., 1996).

A 17 de julho de 1996, com a assinatura da Declaração Constitutiva, foi constituída a CPLP, tendo por Estados-membros fundadores Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique Portugal e São Tomé e Príncipe; alguns anos depois, alargou-se com a entrada de Timor-Leste, em 2002, e com a adesão da Guiné Equatorial, em 2014.

Desde a criação da CPLP tem-se apontado a cooperação universitária como um dos desígnios necessários a ser cumprido. Inicialmente, chegou-se a cogitar a criação da Universidade dos sete, a ser criada após a formalização da CPLP.

Com a institucionalização da CPLP, não tendo a Universidade dos Sete constado dos objetivos a serem perseguidos, o ensino superior manteve a importância na sua agenda, pois um dos seus objetivos é

Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros (Declaração Constitutiva, 1996, p. 2).

2.2. Clarificação de alguns conceitos

O acrónimo CPLP agrega a palavra ‘Comunidade’, termo que tem origem nas expressões latinas *communitas*, que significa “comunidade, companheirismo” e de *communis*, referente a “comum, geral, compartilhado por muitos, público” (Origem da Palavra, s.d.).

Comunidade é um termo que significa “grupo local, de tamanho variável, integrado por pessoas que ocupam um território geograficamente definido e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica” ou como “uma forma de associação muito íntima, um grupo altamente integrado em que os membros encontram-se ligados uns aos outros por laços de simpatia” (Significados, 2014).

Transpondo as definições supracitadas para o contexto dos países lusófonos, na primeira definição referente ao fator espacial, a comunidade que enformam teria como espaço geográfico o território desses Estados. Esse espaço distingue-se pelo uso da língua portuguesa. Não obstante ser geograficamente separado, o fator linguístico é um dos motivos para a unicidade desse espaço e do grupo que o integra, em que a partilha da língua portuguesa configura-se na herança cultural e histórica.

Na segunda definição destaca-se os laços de simpatia, apontados como fator de associação de uma comunidade. Na Declaração Constitutiva da CPLP (1996, p. 1) afirma-se a existência de “laços humanos”, “solidariedade” e “fraternidade” entre os seus integrantes, resultantes da partilha de um passado comum e de traços culturais que ficaram dessa convivência.

A etimologia do termo comunidade gira em torno daquilo que é comum, que é partilhado. A criação da CPLP tem origem linguística e histórico-cultural, pois

Com a língua, chega a antigas colónias portuguesas da América e da África toda uma matriz de cultura lusa, que iria, no correr dos séculos, em contacto com o elemento local, criar civilizações variadas e perfeitamente individualizadas. Não deixariam tais civilizações, no entanto, de guardar os traços de origem, que se desdobrariam posteriormente em parecenças e afinidades, a criar condições para o grande projecto que as aproximasse em definitivo.

A ideia de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nasce, assim, da percepção desses elementos de união, entre os quais avulta, naturalmente, o suporte do idioma comum (Alves, 1998, p. 24).

A CPLP está assente na formalização de uma comunidade de povos e os conceitos de lusofonia e comunidade lusófona têm sido assumidos umas vezes como sinónimos, outras vezes como realidades distintas.

A lusofonia e comunidade lusófona são apresentadas como conceitos distintos, em que a lusofonia “significa a delimitação geográfica e numérica onde se faz uso da Língua Portuguesa, assumindo a forma de uma associação de natureza predominantemente linguística” (Campos J. S., 1996, p. 307), enquanto comunidade lusófona “traduz a vontade de organização de um grande espaço formal de relacionamento entre Portugal, o Brasil e os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (Campos J. S., 1996, p. 307). A definição atribuída à comunidade lusófona, faz a sua conotação à criação da CPLP.

O conceito de lusofonia circunscreve-se ao aspeto linguístico. Na afirmação de Alves (1998, p. 22) “[p]or considerações de natureza linguística entendem-se as referentes à importância e à valorização da língua portuguesa, isto é, à lusofonia”.

A palavra lusofonia subdivide-se nos termos luso – “equivalente a lusitano ou Lusitânia, o mesmo é dizer *português, Portugal*” – e fonia – “significa o mesmo que *fala, língua*” (Cristóvão, 2005, p. 652). Assim numa perspetiva etimológica lusofonia refere-se ao uso da língua portuguesa. Cristóvão (2005, p. 652) na sua explanação quanto ao significado de lusofonia observa que o “conceito de Lusofonia é, porém, em relação ao seu uso, mais amplo e denso do que o simples conceito linguístico”, pois

a Lusofonia não se esgota no comum uso da língua, mas de tudo o que o diálogo por ela possibilitado e facilitado proporciona: na aproximação dos países, na economia, na religião, na ciência, no desporto, em todos os alinhamentos, também políticos (Cristóvão, 2005, p. 654).

A CPLP estaria assim inserida no contexto da lusofonia. Alguns autores contrapõem esse conceito alargado de lusofonia e a fundamentação que esta oferece à criação da CPLP, sustentando a sua posição na afirmação de que o contexto em que se desenvolveu a convivência entre os Estados-membros, foi marcada por interesses mercantilistas fraturantes que não se coadunam com o discurso defendido na Declaração Constitutiva. Deste modo, a criação da CPLP seria um subterfúgio aos interesses neocolonialistas e de autopreservação da antiga potência colonialista em recuperar a sua influência sobre antigo

espaço colonial, como lembrou Alfredo Margarido (2000), citado por Cristóvão (2005), relativamente a lusofonia, que na sua opinião

limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado. O que se procura de facto é recuperar pelo menos uma fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial [...] pretende-se manter o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses (Cristóvão, 2005, p. 654).

O levantamento feito por Maciel (2015) em dicionários e enciclopédias no período cronológico que vai entre 1900 a 2009 relativamente ao termo lusofonia, dá conta que inicialmente, este girava em torno do uso da língua portuguesa, mas posteriormente à institucionalização da CPLP, concretamente a partir de 1999, essas obras de referência começam a associar ao conceito de lusofonia, as noções de coletividade e comunidade;

a *lusofonia* pass[ou] então, de ‘fenómeno linguístico’ (adopção de uma língua), a ‘fenómeno social’ (reunião de povos, falantes, países; formação de «identidades culturais») (Maciel, 2015, p. 118).

Articulando os conceitos lusofonia e comunidade lusófona com a instituição CPLP, a lusofonia é a “força motriz” (Maciel, 2015, p. 141) da comunidade lusófona, configurando “uma *comunidade* que reúna os indivíduos, as instituições, os espaços e países de língua portuguesa” (Maciel, 2015, p. 379).

A comunidade lusófona antecede a CPLP, que configura uma de entre outras instituições existentes no seio dessa comunidade, que “cria[m] estruturas de oportunidades e recursos que diversos agentes aproveitam como impulso para a concretização das suas iniciativas” (Maciel, 2015, p. 62).

Na designação CPLP há uma conotação dúbia que advém do próprio nome. Por um lado, faz referência a estrutura política criada pelos representantes dos Estados-membros (fundadores), por outro lado, faz referência a um contexto muito mais abrangente que seria a comunidade lusófona, que abarca o relacionamento entre cidadãos, instituições e demais agentes que integram essa comunidade.

A criação da CPLP, por si só, não assegura a existência de uma comunidade, concretamente a comunidade lusófona, entendida desde as instituições no topo – as entidades governativas e os representantes políticos –, até se chegar aos cidadãos.

Recorrendo à expressão “estrutura de suporte político” (Cristóvão, 2005, p. 654) a CPLP encontra-se ao dispor da comunidade lusófona, procurando ser a ponte para articular e fomentar as sinergias no seio dessa comunidade e criar as ‘estruturas de oportunidades’, a que se referiu Maciel (2015). Feita esta distinção, passar-se-á à apresentação dos princípios orientadores da CPLP e os seus órgãos.

2.3. Princípios orientadores, organização, Estados-membros e órgãos

A CPLP enquanto organização internacional é constituída por Estados soberanos, que têm a língua portuguesa como língua oficial. A condição de membro de pleno direito requer a observância do critério linguístico e o respeito pelos princípios exarados nos seus Estatutos cujos princípios orientadores são: a igualdade soberana dos Estados-membros, a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, o respeito pela sua identidade nacional, a reciprocidade de tratamento, o respeito pela sua integridade territorial, a promoção do desenvolvimento e da cooperação mutuamente vantajosa (Artigo 5.º dos Estatutos da CPLP, 2007); outro princípio orientador é o primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos, justiça social, como se pode ler no Artigo 5.º dos Estatutos que regulam os Estados-membros⁶, presentes em 4 continentes, com realidades político-sócio-económicas e culturais distintas.

Para além dos membros de pleno direito – os que têm direito ao voto, participação nos órgãos estatutários e poder de decisão –, os Estatutos da CPLP de 2007, no Artigo 7.º, preveem a categoria de Observadores, que se subdivide em Observadores Associados e Observadores Consultivos⁷.

⁶ República de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República da Guiné Equatorial, República de Moçambique, República Portuguesa, República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Democrática de Timor-Leste.

⁷ O estatuto de Observador foi criado na II Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que teve lugar na Praia, em 1998. No ano de 2005, estabeleceu-se as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo na X Reunião do Conselho de Ministros, reunido em Luanda. O Conselho de Ministros aprovou os Regulamentos dos Observadores Consultivos e dos Associados em 2009 e 2010, respetivamente. Em 2016, a CPLP passou a ter dez Estados como Observadores Associados: Maurícia, Senegal, Geórgia, Namíbia, Turquia, Japão, Hungria, República Checa, Eslováquia e o Uruguai.

Dos Observadores Associados fazem parte os Estados, as organizações internacionais, universais ou regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos; dos Observadores Consultivos fazem parte as organizações da sociedade civil (Estatutos, 2007). Como requisitos para se obter o estatuto de Observador, têm de partilhar dos valores e princípios orientadores da CPLP e os seus objetivos.

Segundo o Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP (2016), aprovado em 2009 e revisto em 2016, para que, a uma organização da sociedade civil possa ser atribuída o estatuto de Observador Consultivo, além de desenvolver ações que vão de encontro aos objetivos almejados pela CPLP (Artigo 3.º), é necessário que a sua candidatura seja proposta por um Estado-membro (Artigo 5.º).

A CPLP dispõe de mais de oito dezenas de Observadores Consultivos (Observadores Consultivos, s.d.). Os Observadores encontram-se inseridos em comissões temáticas, modalidade adotada pela Organização para criar sinergias para a elaboração, procura de financiamento e a implementação de projetos comuns (Regulamento dos Observadores Consultivos, 2016). Essas comissões são coordenadas por uma organização eleita entre o grupo de organizações que a compõem, para um mandato de um ano.

Os Observadores Consultivos podem pertencer a várias comissões temáticas, estando estas definidas para a promoção e difusão da Língua Portuguesa; saúde, segurança alimentar e nutricional; educação, ciência e tecnologia; ambiente, cidades e territórios; assuntos culturais; direito e justiça; assuntos do trabalho; economia, empresariado e investimento (Comissões Temáticas, s.d.).

A comissão temática da Educação, Ciência e Tecnologia é a que detém o maior número de Observadores Consultivos, com um total de 25 instituições, integrada por associações – e aqui destaca-se a presença da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)⁸ –, fundações, institutos, universidades, centros de pesquisas e organizações de natureza diversa (Comissões Temáticas, s.d.).

⁸ Foi criada por instituições de ensino superior dos países de expressão portuguesa, com o intuito de promover a cooperação e a troca de informação entre universidades e institutos superiores. O ato constitutivo ocorreu a 26 de novembro de 1986, na cidade da Praia (AULP, s.d.).

Na Declaração de Brasília (2016), emitida pelos chefes de Estado e de Governo na sua XI Conferência realizada em 2016, afirma-se que a categoria de Observadores Consultivos permeia o envolvimento da sociedade civil nas atividades da CPLP. Outro mecanismo apontado como um meio para o diálogo e colaboração entre a sociedade civil é o Fórum da Sociedade Civil da CPLP, tendo sido realizado duas vezes, em 2011 e 2015.

A CPLP é definida nos seus Estatutos (Artigo 1.º, 2007) como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”. Assim sendo, os seus objetivos são a concertação político-diplomática, a cooperação, a valorização e a difusão da língua portuguesa, prevendo a cooperação em todos os domínios que os Estados-membros acharem necessários.

As áreas de cooperação têm vindo a alargar-se desde as apontadas nos primeiros Estatutos da CPLP de 1996, revistos em 2007: Na alínea b) do Artigo 3.º, relativamente aos objetivos gerais da CPLP, explicita a

cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social (Estatutos, 2007).

A cooperação bilateral desenvolve-se no quadro da rede diplomática e a cooperação multilateral desenvolve-se no quadro das instituições internacionais. A CPLP é uma instituição internacional e como já vem definido nos seus Estatutos (2007) é um foro multilateral.

Os Estados-membros antes da criação da CPLP desenvolviam relações entre si a nível da rede diplomática e mesmo após a instituição da CPLP, esse quadro de cooperação entre os Estados-membros não deixou de existir.

Tendo este aspeto presente, a CPLP oferece um quadro multilateral para o tratamento dos assuntos entre os países-membros, mas não inviabiliza a possibilidade de haver mecanismos de cooperação a nível da rede diplomática entre eles.

Como tal, a CPLP, na sua Declaração Constitutiva (1996), visando desenvolver a cooperação económica e empresarial e também no domínio ambiental entre os Estados-membros, afirma explorar as várias formas de cooperação bilateral, trilateral e multilateral.

Os mecanismos de cooperação bilateral e trilateral, não obstante envolverem um número mais reduzido de intervenientes, a sua finalidade almejada pode estar em consonância com os objetivos perseguidos pela CPLP, que expressa o respeito ao

direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios (Declaração Constitutiva, 1996, p. 1).

A CPLP não tem uma ação redutora em relação aos mecanismos utilizados na política externa dos Estados-membros, muito embora priorize e promova a cooperação multilateral. Segundo Coutinho (2014) a CPLP é composta pelos seguintes órgãos estatutários:

- Três órgãos deliberativos – a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros e o Comité de Concertação Permanente;
- Um órgão executivo – o Secretariado Executivo;
- Dois órgãos de coordenação – as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação;
- Um órgão consultivo – a Assembleia Parlamentar da CPLP;
- Uma instituição autónoma – o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministros, o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo foram instituídos no ato da criação da CPLP (Estatutos, 1996). Posteriormente, foram adicionados novos órgãos à orgânica da CPLP, auxiliando na prossecução dos objetivos estabelecidos. As Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais foram estabelecidas, com a revisão dos Estatutos da CPLP, na IV Conferência de Chefes de Estado, em 2002. O IILP passou a ter estatuto de órgão da CPLP em 2005, no X Reunião do Conselho de Ministros. Por último, a Assembleia Parlamentar foi instituída em 2007.

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo é o órgão máximo da CPLP. De entre as suas competências, o Artigo 10.º dos Estatutos (2007) define que é da sua responsabilidade “[d]efinir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP”, “[a]doptar instrumentos jurídicos”, “[c]riar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP” e “[e]leger o Secretário Executivo da CPLP”.

A Conferência reúne-se ordinariamente de dois em dois anos. Este órgão decide por consenso e com caráter vinculativo. O presidente da Conferência é eleito de forma rotativa de entre os Estados-membros, por um mandato de dois anos.

O Conselho de Ministros é composto pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Estados-membros. Do Artigo 12.º dos Estatutos (2007), pode-se apontar como algumas das suas funções, “[c]oordenar as actividades da CPLP”, “[d]efinir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP”, “[a]provar o orçamento da CPLP e do IILP” e “[r]ecomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo”. Reúnem-se ordinariamente uma vez por ano. O presidente do Conselho é eleito de forma rotativa de entre os Estados-membros, por um mandato de dois anos.

A competência dos chefes de Estado e de Governo de “[a]doptar instrumentos jurídicos” (Artigo 10.º, n.º 2, alínea b), Estatutos, 2007) pode ser delegada ao Conselho de Ministros, órgão que decide por consenso.

O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados-membros (Artigo 14.º, Estatutos, 2007), órgão que fiscaliza as atividades do Secretariado Executivo e do IILP, bem assim pode desempenhar algumas funções deliberativas e de coordenação da competência do Conselho de Ministros, mediante a aprovação por parte deste. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês. O Comité decide por consenso. Este órgão pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo no desempenho das suas funções.

O Secretariado Executivo tem por competências implementar as decisões emanadas dos três órgãos deliberativos, assim como “[o]rganizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP”, “[p]lanificar e assegurar a execução dos programas da CPLP” (Artigo 17.º, Estatutos, 2007); é chefiado pelo secretário executivo, que é uma alta personalidade de um dos países-membros, eleito para um mandato de dois anos, passível de ser renovado por mais um mandato. O secretário executivo é auxiliado no desempenho das suas funções pelo diretor-geral, recrutado mediante concurso público e tem como requisito necessário, ser um cidadão de um dos Estados-membros (Estatutos, 2007).

As Reuniões Ministeriais Setoriais são compostas pelos ministros e secretários de Estado dos setores governamentais dos Estados-membros (Artigo 21.º dos Estatutos, 2007).

O Artigo 20.º dos Estatutos (2007) estabelece que a reunião dos pontos focais de cooperação “congrega as unidades responsáveis nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP” e que este órgão tem como função “assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade”. Reúne-se ordinariamente duas vezes por ano.

A Assembleia Parlamentar da CPLP reúne deputados dos Paramentos nacionais dos Estados-membros. Procede ao debate das matérias concernentes à CPLP, para – de acordo com o Artigo 15.º – “[e]mitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP” (Estatutos, 2007). Pode ainda, realizar missões de observação internacional em matéria de missões eleitorais. O Presidente da Assembleia Parlamentar é eleito por um período de dois anos, não renovável (Estatutos, 2007).

O IILP é encarregado da promoção e difusão da língua portuguesa. O Instituto é chefiado por uma alta personalidade dos Estados-membros, com um mandato de dois anos, renovável uma única vez. É um órgão com autonomia científica, administrativa e patrimonial, mas no desempenho das suas funções, tem de ter em consideração a orientação geral da CPLP (Estatutos, 2007).

Segundo o Artigo 25.º dos Estatutos (2007), o suporte financeiro ao funcionamento da CPLP e dos seus respetivos órgãos advém dos fundos da CPLP, que resultam das “contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros”.

2.4. Instrumentos orientadores da cooperação

Na declaração emitida pelo órgão máximo da CPLP, na sua XI Conferência, destaca “a relevância da cooperação para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros e para a consolidação e projeção internacional da Comunidade” (Declaração de Brasília, 2016, p. 6).

Esse pilar da CPLP é orientado pelos documentos estatutários e outros instrumentos adotados pelos Estados-membros, pelos princípios neles expressos e pelas reflexões advindas de órgãos estatutários, em especial dos órgãos que atuam a área de cooperação.

A par dos vários documentos e instrumentos que ao longo dos anos têm contribuído para alicerçar a cooperação na CPLP, atualmente os instrumentos que enformam a cooperação desenvolvida neste espaço correspondem à visão estratégica de cooperação, ao Regimento do Fundo Especial da CPLP, aos relatórios das reuniões dos pontos focais de cooperação e ao quadro de execução de atividades do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) no âmbito do fundo especial da CPLP.

É digno de menção, o Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP, aprovado em 1998, tendo sido o primeiro instrumento adotado com vista a orientar a cooperação. No entanto, o PIC da CPLP – 2012-2015 (2012), traz em nota explicativa, que este acordo, em termos procedimentais, nunca entrou em vigor, na sequência de ter sido ratificado apenas por dois Estados-membros, sendo estes o Brasil e Portugal.

No PIC da CPLP – 2012-2015, os instrumentos supracitados são definidos da seguinte forma:

- a) A Visão Estratégica de Cooperação pós Bissau, de Julho de 2009, que dá a toda a cooperação da CPLP (...) todo o seu enquadramento teórico, concetual e estratégico;
- b) O Regimento do Fundo Especial da CPLP, que estabelece a natureza do Fundo Especial, as suas finalidades, os procedimentos de gestão e as normas e diretrizes do seu funcionamento, designadamente as regras para a mobilização de recursos;
- c) Os relatórios das [Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação], nos quais constam a apresentação e respetivo grau de deliberação das Atividades⁹ aprovadas para inclusão no PIC; e
- d) O Quadro de Execução de Atividades do PIC no âmbito do Fundo Especial da CPLP, documento que, com carácter semestral, procede ao ponto de situação do grau de execução técnica e financeira dos projetos aprovados

⁹ No documento esclarece-se que, a expressão ‘Atividade’ – partilhando da definição do Artigo 2.º do Regimento do Fundo Especial da CPLP –, “significa ações pontuais, projetos e programas”. Por sua vez, define-se:

- ‘Ação Pontual’ como “atividade destinada à produção de um resultado único”;
- ‘Projeto’ é o “conjunto de atividades articuladas para produzir um determinado produto, que visam alcançar um objetivo, num horizonte temporal delimitado”; e
- ‘Programa’ constitui um “grupo de ações pontuais ou projetos que visam um objetivo ou um conjunto de objetivos, que incentivem alterações estruturais sustentadas” (PIC da CPLP 2012-2015, 2012, p. 3).

pela [Reunião dos Pontos Focais de Cooperação], os quais consubstanciam o portefólio de Atividades do PIC (PIC da CPLP 2012-2015, 2012, p. 4).

Na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros realizada em 2009, foi aprovado o documento Cooperação na CPLP – Uma Visão Estratégica de Cooperação Pós Bissau (PIC da CPLP 2012-2015, 2012), documento que constitui a visão estratégica da CPLP para a cooperação, ajustando-a às diferentes fases em que se enquadra a organização internacional e os seus objetivos.

O documento foi apresentado no âmbito da revisão feita à anterior estratégia de cooperação da CPLP que esteve em vigor durante o biénio 2006/2008 (Quadro de Execução de Projectos e Acções Pontuais - Julho 2008, 2008).

A Visão Estratégica Pós Bissau (Cooperação na CPLP - Visão Estratégica Pós Bissau, 2009, p. 9), propôs a “introdução de uma nova tipologia de projetos”, que “dever[á] resultar de uma metodologia de trabalho que privilegie um contacto mais direto com as realidades dos beneficiários da cooperação comunitária”. Esta metodologia de trabalho, como já foi expresso, passa por missões de identificação no terreno junto dos beneficiários, para saber quais são as suas necessidades prioritárias, devendo aliar-se de uma maior coordenação entre os Pontos Focais de Cooperação e o Secretariado Executivo (Cooperação na CPLP - Visão Estratégica Pós Bissau, 2009).

As equipas dos Pontos Focais de Cooperação nos Estados-membros, através da proximidade e do contato que podem estabelecer junto dos beneficiários da cooperação, conseguem fazer a ponte entre estes e o Secretariado Executivo, permitindo o ajustamento entre os projetos de cooperação a serem propostos para financiamento do Fundo Especial da CPLP, os princípios orientadores da cooperação na CPLP e as necessidades prioritárias dos beneficiários. Com uma maior interação entre os Pontos Focais de Cooperação e os beneficiários, pode-se estimular a apropriação e a sustentabilidade dos projetos ou das ações pontuais por parte destes últimos (Cooperação na CPLP - Visão Estratégica Pós Bissau, 2009).

A Visão Estratégica Pós Bissau (2009) determina a necessidade de existência de coordenação entre os Estados-membros e entre estes e o Secretariado Executivo, por intermédio dos pontos focais de cooperação, tendo em vista uma maior eficácia quanto aos resultados esperados; recomenda o reforço das competências do Secretariado Executivo, que por meio de novos procedimentos e metodologias, pretende melhorar o

desempenho deste órgão, passando por melhorar a sua capacidade de coordenação e atribuindo-lhe novas competências.

Foi considerada como uma importante “alteração estratégica”, a Visão Estratégica Pós Bissau que propõe que: “o [Secretariado Executivo tenha] a possibilidade de passar a desenvolver iniciativas de proposta de programas, projetos ou ações pontuais”, com a ressalva de o fazer sob “o escrutínio e a aprovação dos Estados membros por intermédio das estruturas da [Reunião dos Pontos Focais de Cooperação] e/ou Comité de Concertação Permanente” (Cooperação na CPLP - Visão Estratégica Pós Bissau, 2009, p. 10).

Nesta estratégia, a cooperação multilateral ganha um novo fôlego, por meio da “lógica de multilateralização”, que segundo o documento da Visão Estratégica Pós Bissau (2009, p. 10), é algo “que vem sendo clamad[o] por órgãos estatutários da CPLP, de que são exemplo as reuniões ministeriais”. Procura-se o fomento e o aprofundamento da cooperação de âmbito multilateral, principalmente no tocante aos programas de cooperação setoriais (Cooperação na CPLP - Visão Estratégica Pós Bissau, 2009).

Enquadram-se nesse âmbito os Planos Estratégicos de Cooperação, instrumentos de cooperação multilateral. O Secretariado Executivo é responsável pela elaboração dos Planos Estratégicos de Cooperação, instrumentos contendo áreas de intervenção prioritárias, em setores de cooperação específicos. Uma recomendação patente no documento da Visão Estratégica Pós Bissau é no sentido desses instrumentos serem

concebidos não como um instrumento concorrencial dos esforços já desenvolvidos na esfera bilateral pelos [Estados-membros], mas antes como um instrumento complementar e potenciador de resultados (Cooperação na CPLP - Visão Estratégica Pós Bissau, 2009, p. 11).

Quanto a mobilização de recursos para o financiamento de projetos, a Visão Estratégica Pós Bissau (2009) aponta o papel relevante que pode ser desempenhado pelo Secretariado Executivo, no sentido de promover a carteira de programas, projetos ou ações pontuais da CPLP e o Fundo Especial desta Organização.

Esta estratégia aponta a coordenação – assumida como uma das suas bandeiras – como necessária entre as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação; as Reuniões Ministeriais têm ganho protagonismo em matéria de formulação

e apresentação de projetos, para os quais têm a prerrogativa de poderem criar fundos setoriais autónomos para a sua implementação; a coordenação deste órgão e da Reunião dos Pontos Focais é relevante, na medida em que este último é que detém a competência para avaliar o mérito técnico dos projetos de cooperação (Cooperação na CPLP - Visão Estratégica Pós Bissau, 2009).

Com as medidas propostas e as recomendações feitas, lê-se no documento da Visão Estratégica Pós Bissau, que a estratégia de cooperação tem por finalidade traçar um novo modelo de atuação da cooperação para o desenvolvimento da CPLP, assente numa “estratégia baseada em resultados” “que vis[e] incrementar a eficiência, eficácia, coordenação e harmonização das ações de cooperação” (Cooperação na CPLP - Visão Estratégica Pós Bissau, 2009, p. 2).

Outro instrumento orientador, constitui-se nos relatórios das Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação sobre os programas, projetos e ações pontuais que farão parte do PIC, sendo que este último tem um

caráter orientador e operacional para o acompanhamento de todo o ciclo de gestão das Atividades (ações pontuais, projetos e programas) de cooperação (...), contribuindo para um aumento de eficácia e eficiência nas fases de programação, identificação, formulação, implementação, monitorização e avaliação das ditas Atividades (PIC da CPLP 2012-2015, 2012, p. 4).

O PIC constitui um documento atualizado, contendo informações acerca das atividades financiadas pelo Fundo Especial, útil aos Pontos Focais de Cooperação, que “nos respetivos contextos nacionais” pode servir-lhes de suporte no desempenho das “suas funções, nomeadamente, a articulação das prioridades nacionais de desenvolvimento com as oportunidades de cooperação disponíveis na CPLP” (PIC da CPLP 2012-2015, 2012, p. 5).

O Quadro de Execução de Atividades do PIC no âmbito do Fundo Especial da CPLP, também tem um caráter operacional, sendo um documento que complementa o PIC, onde se encontra o “registo de uma memória da atividade corrente e passada da Cooperação na CPLP” e, acerca das atividades correntes, dispõem de informações quanto ao seu grau de execução técnica e financeira (PIC da CPLP 2012-2015, 2012, p. 4).

Dessa forma, tanto o PIC como o Quadro de Execução de Atividades desempenham um papel orientador da cooperação, concorrendo para o aumento da eficácia e eficiência anteriormente citadas.

O Regimento do Fundo Especial da CPLP também faz parte dos instrumentos orientadores; é o normativo que regula o Fundo Especial da CPLP, cuja importância advém do facto de conter o conjunto de normas que regula o fundo financeiro da CPLP destinado à cooperação.

De acordo com o Artigo 25.º dos Estatutos da CPLP (2007), o Fundo Especial é “dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das [a]ções [c]oncretas levadas a cabo no quadro da CPLP”. Essas ações concretas têm de ter por finalidade a promoção dos objetivos gerais da Organização (Regimento do Fundo Especial, 2011). A aprovação deste Regimento fica a cargo do Conselho de Ministros (Estatutos, 2007).

O Fundo Especial é constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas e a sua administração é da responsabilidade do Secretário Executivo (Regimento do Fundo Especial, 2011). Entende-se por ‘contribuição’

os recursos recebidos pelo Fundo Especial, seja de Estados membros, de Estados terceiros, de Organizações Regionais e Internacionais, de entidades públicas e privadas, e da sociedade civil em geral, para fins de financiamento de atividades que contribuam para o desenvolvimento da Comunidade (Regimento do Fundo Especial, 2011, p. 2).

Depreende-se que um dos critérios para que uma atividade seja financiada pelo Fundo Especial – mesmo que a proposta da atividade tenha sua origem numa entidade que não um Estado-membro – é necessário que o Estado ou Estados-membros beneficiários expressem o seu apoio à implementação dessa atividade (Artigo 12.º do Regimento do Fundo Especial, 2011).

Em respeito a essa matéria, determina também, que seja feita a articulação com os Pontos Focais de Cooperação dos Estados-membros envolvidos, a fim de que a atividade seja por eles endossada, antes da submissão do documento de projeto ao Secretariado Executivo (Manual Operativo do Fundo Especial, 2011). Este documento adiciona outros critérios necessários para que uma atividade seja financiada pelo Fundo Especial: um dos critérios de financiamento é por ordem decrescente de prioridade, onde as primeiras são as atividades de âmbito comunitário, seguidamente a regional e por último a nacional

(Manual Operativo do Fundo Especial, 2011). Para terminar, neste critério observa-se o reforço do princípio da multilateralidade, dando-se primazia à cooperação de âmbito multilateral.

CAPÍTULO III – COOPERAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E SUA EVOLUÇÃO

A cooperação no domínio do ensino superior foi preconizada ainda num período anterior à criação da CPLP, tendo ficado registado à data da sua criação em 1996, no seu documento magno, como um dos objetivos a serem levados a cabo.

A cooperação multilateral no quadro do ensino superior encontra-se definida no plano estratégico de cooperação multilateral. Até se chegar à elaboração desse plano de cooperação setorial, houve vários marcos durante o percurso evolutivo da cooperação desenvolvida no ensino superior.

Um dos marcos é a primeira Conferência dos Ministros da Educação dos respetivos países-membros, realizada em Lisboa, em 1997, que determinou que a educação, a ciência e a cultura, constituem um veículo de transmissão de conhecimentos e competências, contribuindo para cidadãos instruídos, imbuídos de valores democráticos, bem como para o desenvolvimento (Declaração de Lisboa, 1997).

Esta ideia está presente em várias declarações que se seguiram após as reuniões dos ministros de educação e dos responsáveis pelo ensino superior, ciência e tecnologia; os Ministros da Educação debateram as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino superior dos Estados-membros, definiram “prioridades de cooperação no âmbito da investigação fundamental e aplicada” (Conferência dos Ministros da Educação - Conclusões, 1997, p. 5), reforçando “as condições para o intercâmbio e mobilidade de docentes, de investigadores e de estudantes no espaço lusófono”, procurando acelerar “os processos e práticas administrativas e de circulação nos vários países, concretizando, por esta via, o sentido de Comunidade” (Conferência dos Ministros da Educação - Conclusões, 1997, p. 6). A avaliação do ensino superior e suas instituições também foram alvo de referência, tendo em vista a qualidade do ensino superior na CPLP.

Outro marco importante foi a II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, onde foi decidido impulsionar a cooperação no domínio do ensino superior, firmando o Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos países-membros da CPLP, para dar corpo às várias declarações emitidas, reafirmando a importância da cooperação entre as instituições de ensino superior, do impacto profícuo que a articulação das áreas da educação, da cultura e da ciência podem ter na consolidação da Comunidade

e na valorização dos recursos humanos (Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior, 1998).

Este instrumento jurídico insta os Governos a impulsionarem a cooperação no ensino superior, por via de “actividades de apoio à educação e cultura, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico” (Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior, 1998, p. 13).

Por seu lado, as instituições de ensino superior são incentivadas a celebrarem convénios que viabilizem a prossecução dos objetivos dispostos no Acordo. Os objetivos presentes no Acordo fazem referência à formação de docentes; ao intercâmbio de informações, experiências, produções científicas e documentação especializada; à colaboração em projetos conjuntos; ao conhecimento mútuo dos sistemas de ensino superior (Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior, 1998).

Os Estados-membros ficaram incumbidos de implementar mecanismos que facilitassem o reconhecimento de diplomas e certificados emitidos pelas instituições de ensino superior, bem assim, que viabilizassem a atribuição de equivalência dos diplomas emitidos (Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior, 1998).

Quanto aos projetos desenvolvidos a nível bilateral entre instituições de ensino superior dos países da CPLP, devem ser expandidos ao âmbito multilateral, em concordância com o Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos países membros (Plano de Ação para a Cooperação Educacional, 1998).

Os ministros responsáveis pelo ensino superior dos Estados-membros da CPLP reuniram-se em Fortaleza, onde emitiram uma declaração sobre o rumo que desejavam imprimir à cooperação no âmbito do ensino superior. A declaração ficou conhecida como Declaração de Fortaleza, onde os Ministros se propunham a criar num espaço temporal de dez anos, o espaço de ensino superior da CPLP (Declaração de Fortaleza, 2004), tendo como prioridades o “estímulo à qualidade das formações oferecidas no âmbito da CPLP e ao reconhecimento mútuo e internacional”, a “promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e técnicos”, a “cooperação no domínio da estrutura das formações superiores” e o “incentivo à participação das instituições da CPLP em programas relevantes de outras comunidades de países” (Declaração de Fortaleza, 2004, p. 1).

Em 1999, realizou-se em Lisboa a primeira reunião entre os responsáveis pela tutela da ciência e tecnologia nos respetivos Estados-membros. A declaração final da reunião afirmava a relevância da formação avançada, para a formação de cientistas (Declaração Final I Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia, 1999). O ensino superior constituía uma área conexas à ciência e tecnologia, por meio da formação de mestrados e doutorados, versados para a investigação científica.

A primeira reunião extraordinária de ministros que tutelam as áreas da ciência e tecnologia e do ensino superior dos países-membros, reuniram-se em Lisboa, em 2009. Na declaração final, reconheceram “a crescente importância das políticas científicas e tecnológicas e de ensino superior para o progresso nacional”, tendo em vista o “desenvolvimento de sociedades mais qualificadas e inclusivas, em condições de maior e mais equilibrado e sustentável crescimento económico e social” (Declaração Final Reunião Extraordinária de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2009, p. 1).

A temática do ensino superior foi transferida para a alçada da Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia, constituindo o domínio do ensino superior, ciência e tecnologia.

Em 2012, teve lugar em Luanda, a V Reunião de Ministros do ensino superior, ciência e tecnologia da CPLP, onde o Secretariado Executivo da CPLP foi mandatado para elaborar uma proposta do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral para o domínio da ciência e tecnologia e ensino superior, contendo ações direcionadas para a formação superior e para a investigação científica (Declaração Final V Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, 2012).

Na VI reunião de ministros da ciência, tecnologia e ensino superior, que decorreu em Maputo, em 2014, foi aprovado o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020) que veio dar corpo às deliberações e recomendações presentes nas declarações emitidas pelos vários órgãos da CPLP.

3.1. Plano estratégico de cooperação multilateral no domínio da ciência, tecnologia e ensino superior

O Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020) (PECM-C&T-ES/CPLP), pretende ser o instrumento orientador da cooperação multilateral que se faz nesses respetivos domínios, para um período temporal de 6 anos, entre 2014 e 2020.

O plano foi elaborado pelo Secretariado Executivo, sob proposta dos ministros com a tutela dos domínios ciência, tecnologia e ensino superior nos países-membros. A elaboração do plano tem por base as deliberações expressas nas declarações finais das reuniões ministeriais para esses setores e estratégia dos Estados-membros, para o desenvolvimento desses setores a nível nacional.

Desde a criação da CPLP, em 1996, foram realizadas várias reuniões ministeriais com o enfoque nos temas ensino superior e ciência e tecnologia, como mostra o Quadro 1, reproduzido a seguir:

Quadro 1: Reuniões ministeriais setoriais da CPLP abordando os temas ensino superior, ciência e tecnologia no período de 1996 a 20 de junho de 2017

ANO	Reuniões entre os ministros responsáveis pela educação	Reuniões entre os ministros responsáveis pela ciência e tecnologia (CT) e ensino superior (ES)
1997	Conferência dos Ministros da Educação	—
1998	II Conferência de Ministros de Educação	—
1999	—	I Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia
2000	III Conferência dos Ministros da Educação	—
2001	IV Conferência dos Ministros da Educação	—
2003	—	II Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia
2004	V Reunião dos Ministros da Educação	III Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia
2005	VI Reunião de Ministros da Educação	IV Reunião dos Ministros de Ciência e Tecnologia
2008	Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura	—
2009	—	Reunião Extraordinária de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CTES)
2012	VII Reunião de Ministros da Educação	V Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia (ESCT)

2013	—	II Reunião Extraordinária de Ministros da Ciência e Tecnologia
2014	VIII Reunião de Ministros da Educação	VI Reunião de Ministros da CTES
2016	—	VII Reunião de Ministros da CTES
Total de reuniões	18 reuniões	

Fontes: Reuniões ministeriais da CPLP em educação (Ministeriais de Educação, s.d.); e Reuniões ministeriais da CPLP em ciência, tecnologia e ensino superior (Reuniões Ministeriais, s.d.).

O PECM-C&T-ES/CPLP é acompanhado do respetivo Plano de Ação¹⁰ e contém os eixos estratégicos da cooperação e suas respetivas linhas de ação, que serão implementadas por biénios. Deste Plano, os ministros definem 2 eixos estratégicos para cada biénio e identificam 2 ações prioritárias ou projetos para cada eixo estratégico. O segundo e o terceiro biénio serão revistos “em função do resultado da implementação dos projetos e atividades desenvolvidas por biénio” (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014, p. 3).

A escolha das ações prioritárias ou projetos a serem implementados, leva em consideração os projetos que já estejam em curso e que visem a cooperação multilateral ou que sejam no âmbito bilateral ou regional, mas passíveis de serem alargados ao plano multilateral. Este sistema permite atrair os recursos alocados para esses projetos, para a cooperação multilateral na CPLP (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014). Essa escolha também é feita em observância a ações e projetos que se configuram estruturantes para a prossecução de outros projetos.

3.2. Eixos Estratégicos

O PECM-C&T-ES/CPLP aposta fortemente no levantamento de informações e sua sistematização nos diversos eixos estratégicos e respetivas ações prioritárias, importante para os decisores políticos e para as entidades que atuam nesses setores. Aposta na divulgação do conhecimento científico e tecnológico, almejando atrair o interesse dos jovens e demais populações. Constata-se ainda, o reforço do carácter prático da formação superior e da investigação, direcionados no PECM-C&T-ES/CPLP para o setor económico e para responder às necessidades das populações.

A sistematização das informações, também, cumpre o propósito de divulgação de informação à comunidade académica e científica e à sociedade no geral. Nisso, as TIC

¹⁰ Para informações mais detalhadas, consultar a grelha do Plano de Ação no Anexo.

têm grande relevância no PECM-C&T-ES/CPLP, observável nas diversas ações que passam pelo recurso às TIC, disponibilizando conteúdos e ferramentas para a comunidade académica e científica.

Os seis eixos estratégicos correspondem às áreas identificadas como pedras basilares para o desenvolvimento dos setores do ensino superior e da ciência e tecnologia no espaço da CPLP.

No Quadro de execução de atividades do PIC (2017) consta o financiamento pelo Fundo Especial da CPLP, de projetos expressos no PECM-C&T-ES/CPLP, indicados no Quadro 2, reproduzido a seguir:

Quadro 2: Projetos financiados pelo Fundo Especial da CPLP até junho de 2017

Título	Entidade Executora	Orçamento Total (EUR)	Ano Aprovação	Conclusão
Projeto "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na CPLP"	UNILAB	2.280.000,00	2012	Em curso
Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP	Direção para Ação Cultural e Língua Portuguesa	15.000,00	2015	Em curso
Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	Direção para Ação Cultural e Língua Portuguesa	110.000,00	2015	Em curso

Fonte: Quadro de Execução de Atividades do Plano Indicativo de Cooperação da CPLP – junho de 2017 (2017).

A RIPES insere-se no II Eixo – Mobilidade, o Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP (Portal ESCT) encontra-se inserido no I Eixo – Espaço do Ensino Superior da CPLP e o Repositório Científico da CPLP consta do IV Eixo – Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP.

O projeto RIPES foi aprovado pelo Fundo Especial em 2012 e entre 2015 e 2016 foi revisto com as diretrizes do PECM-C&T-ES/CPLP (Quadro de Execução de Atividades do PIC - junho 2017, 2017).

O Portal ESCT tem por finalidade a divulgação de indicadores de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, de eventos científicos, da agenda anual de ciência e tecnologia da

CPLP, de publicações científicas, e quaisquer outras informações relevantes no domínio do ensino superior, ciência e tecnologia a nível da CPLP (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014).

O Portal ESCT também é desenvolvido com o propósito de alojar outros recursos pertinentes à comunidade académica, e não só. O Observatório do Ensino Superior da CPLP, será alojado no Portal ESCT, contendo informações acerca das instituições de ensino superior, de centros e unidades de investigação da CPLP, de instrumentos de financiamento e indicadores atualizados acerca do ensino superior na CPLP (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014).

O Portal de recursos didáticos, a ser criado, também será alojado no Portal ESCT, contendo conteúdos didáticos e pedagógicos (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014). O portal da RIPES está alojado no Portal ESCT, encontrando-se em funcionamento. O Portal ESCT encontra-se em funcionamento, contudo, algumas ferramentas que ele oferece ainda não se encontram funcionais.

O Repositório Científico/Portal de Acesso Aberto está em fase de implementação, o seu Portal encontra-se alojado no Portal ESCT, mas ainda não está em funcionamento.

Na Declaração Final da VII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2016), constam deliberações e a menção de outras iniciativas a decorrer no espaço da CPLP, dando pistas sobre qual o curso a ser seguido pela cooperação multilateral no âmbito da ciência, tecnologia e ensino superior no quadro da CPLP, que se passa a citar:

1. O incentivo à “promoção da mobilidade académica e científica no âmbito da implementação dos programas estabelecidos no” PECM-C&T-ES/CPLP (2016, p. 3);
2. A recomendação “aos Estados membros que identifiquem ações a implementar no 2.º biénio (2016-2018)” (2016, p. 3);
3. O “levantamento de informação [por parte do Secretariado Executivo] sobre a criação de um fundo comum para financiar as atividades científicas da CPLP” a serem implementadas no âmbito do PECM-C&T-ES/CPLP (2016, p. 3);
4. O apoio “a proposta de Portugal para uma discussão alargada entre as agências de financiamento e avaliação da atividade de ciência e tecnologia” (2016, p. 4);
5. A análise por parte dos Pontos Focais da

proposta de Portugal de novo programa de financiamento competitivo a redes de investigação orientadas para estimular a capacidade científica em países de Língua Portuguesa em colaboração com investigadores da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento” (2016, p. 4);

Este programa “será usado para dinamizar o Centro UNESCO para a formação avançada de cientistas e a Agenda Ciência Global” (2016, p. 4);

6. A recomendação “a identificação contínua e progressiva de projetos bilaterais em curso nos Estados membros que podem assumir o cariz de cooperação multilateral no espaço da CPLP” (2016, p. 4).

3.2.1. Eixo I – Espaço do ensino superior

Este eixo contém ações direcionadas para a harmonização no espaço da CPLP dos sistemas de avaliação e a acreditação de instituições e cursos superiores; para o reconhecimento de diplomas e graus académicos emitidos por instituições de ensino superior; bem assim, medidas ligadas às TIC, criando-se instrumentos ao serviço do setor do ensino superior.

Aponta a importância do Espaço do Ensino Superior, pelo facto de “constitui[r] a base para a concertação entre as comunidades académicas de todos os Estados Membros” (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014, p. 10).

3.2.2. Eixo II – Mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e cientistas altamente qualificados

Prende-se com programas de mobilidade para as diversas categorias de intervenientes nos setores do ensino superior e investigação, e ainda, tem por objetivo sistematizar informações acerca das instituições públicas de ensino superior e de programas de mobilidade, colocando as informações disponíveis para consulta pública (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014).

3.2.3. Eixo III – Rede de informação, avaliação e promoção da qualidade do ensino superior

Estrutura a sua atuação em torno do levantamento de informações acerca das entidades responsáveis pela avaliação de instituições e cursos superiores, e em torno de iniciativas que aproximem a universidade e jovens do ensino secundário e do técnico-profissional (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014).

3.2.4. Eixo IV – Espaço de ciência e tecnologia

Este eixo preconiza o desenvolvimento de ações de divulgação do conhecimento científico e tecnológico e recorre ao uso das TIC. O Espaço de Ciência e Tecnologia – lê-se no Plano Estratégico – tem por objetivo o “desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica na CPLP” (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014, p. 11).

3.2.5. Eixo V – Programas comuns de investigação, inovação e formação avançada para a internacionalização nos domínios do ensino superior, ciência e tecnologia

Inclui nas suas ações o sistema de ensino à distância e a promoção de programas científicos e unidades de investigação no espaço da CPLP. A cooperação neste eixo procura o reforço da CPLP e de cada Estado-membro a nível internacional, promovendo a formação superior e avançada feita no espaço da CPLP.

No seguimento da linha dos outros eixos, também procede à recolha de informações, tendo em vista o mapeamento das instituições e dos programas de mestrado e doutoramento existentes no Estados-membros (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014).

3.2.6. Eixo VI – Espaço de inovação

O eixo Espaço de Inovação pretende fazer a ponte entre as esferas de formação superior e de investigação, com o setor empresarial, e com as populações, no sentido de direcionar o conhecimento científico e tecnológico para responder aos problemas das populações.

Lê-se no sexto eixo, que os “avanços do conhecimento científico e tecnológico que constituem a base da inovação, podem reverter para o crescimento económico, desenvolvimento e coesão social e melhoria da qualidade de vida das populações do espaço comunitário” (PECM-C&T-ES/CPLP, 2014, p. 12).

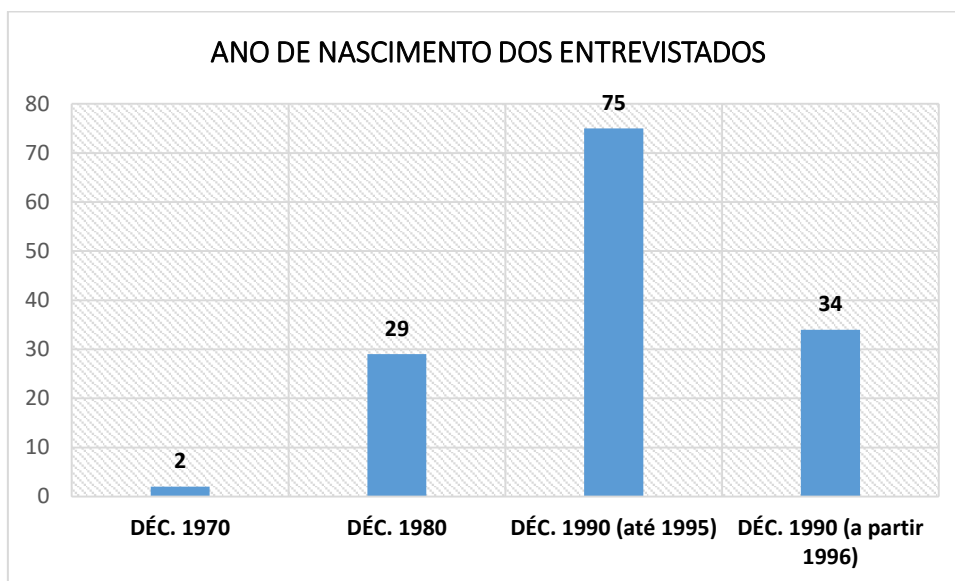
3.3. Análise das entrevistas aos estudantes universitários

As informações que fazem parte deste subcapítulo foram obtidas por meio de entrevistas estruturadas, realizadas nos dias 20 a 27 de junho de 2017, a uma amostra de 140 estudantes do ISCEE, do IUE, da M_EIA, da ULCV, da Uni-CV, da Uni-Mindelo e da UniPiaget. Em cada instituição de ensino superior foram realizadas vinte entrevistas, sendo dez ao género feminino e igual número ao género masculino, escolhidos de forma aleatória.

3.3.1. Ano de nascimento dos entrevistados

Os estudantes universitários entrevistados têm idades compreendidas entre os 18 e os 46 anos. Agrupou-se a idade dos entrevistados por décadas: dois nasceram nos anos 70; vinte e nove nos anos 80; setenta e cinco entre os anos 90 e 95; trinta e quatro a partir de 1996, ano em que foi institucionalizada a CPLP, altura em que cento e seis dos entrevistados já tinham nascido, representando 75,7 % da amostra, sendo que dos restantes trinta e quatro entrevistados, catorze nasceram no ano da criação da CPLP.

Gráfico 1: Ano de nascimento dos entrevistados



3.3.2. Local de nascimento dos entrevistados

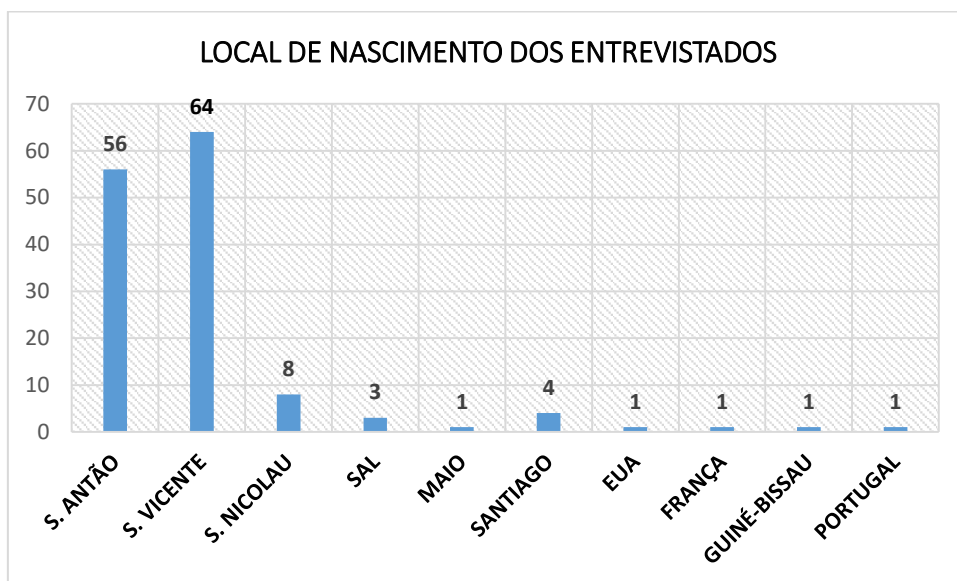
Cinquenta e seis entrevistados nasceram na ilha de Santo Antão; sessenta e quatro na ilha de São Vicente; oito na ilha de São Nicolau; três na ilha do Sal; um na ilha do Maio; quatro em Santiago; um nos EUA; um em França; um na Guiné-Bissau e um em Portugal. Cento e trinta e seis entrevistados nasceram em Cabo Verde (cento e trinta e um na região de barlavento¹¹ e cinco na região do sotavento¹²).

Dos entrevistados, 97,9% residem em zonas urbanas, sendo que cento e trinta e um moram em bairros periféricos, seis no centro da cidade, e os três restantes residem em zonas rurais.

¹¹ A região de barlavento, em Cabo Verde, é composta pelas ilhas que se situam mais a norte do país, sendo estas: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista.

¹² A região do sotavento, em Cabo Verde, é composta pelas ilhas que se situam mais a sul do país, sendo estas: Maio, Santiago, Fogo e Brava.

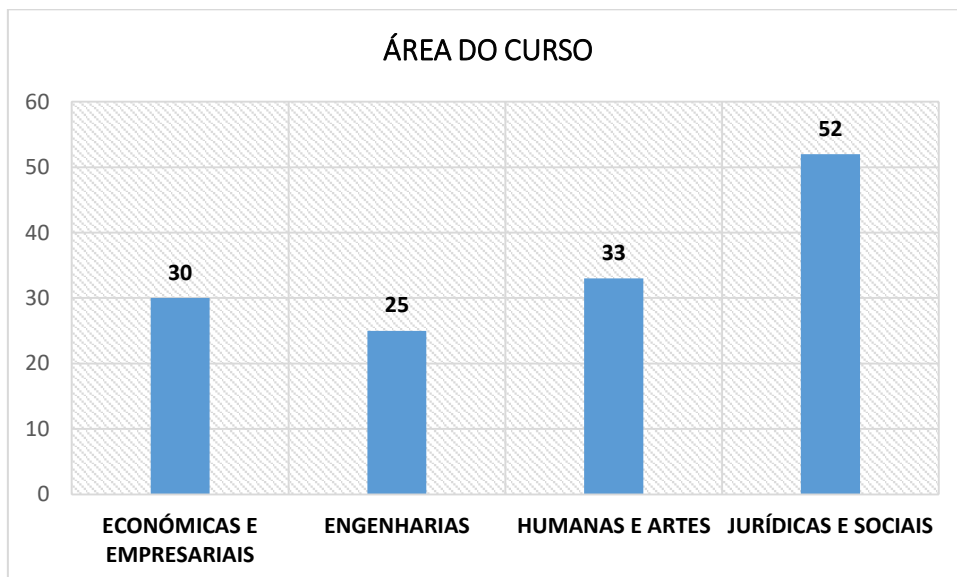
Gráfico 2: Local de nascimento dos entrevistados



3.3.3. Área do curso dos entrevistados

Trinta entrevistados estavam matriculados nas áreas de Ciências Económicas e Empresariais; vinte e cinco nas Engenharias; trinta e três nas Ciências Humanas e Artes e cinquenta e dois nas Ciências Jurídicas e Sociais.

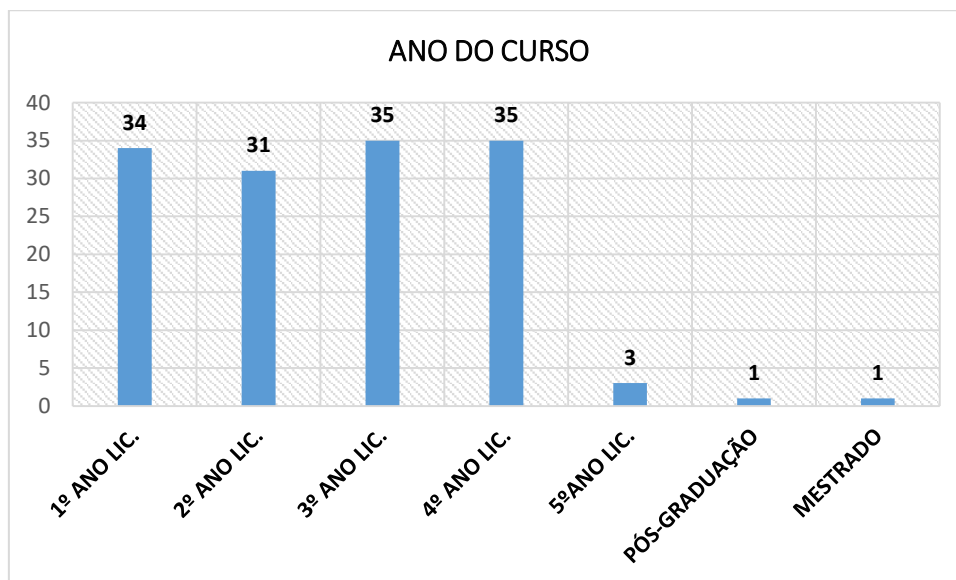
Gráfico 3: Área do curso



3.3.4. Ano do curso dos entrevistados

Cerca de cento e trinta e oito alunos frequentam licenciatura, perfazendo 98,6% do total dos entrevistados, sendo que trinta e quatro se encontram no 1º ano, trinta e um no 2º ano, trinta e cinco no 3º ano, trinta e cinco no 4º ano e três no 5º ano; um aluno frequentava a pós-graduação e outro o mestrado.

Gráfico 4: Ano do curso



3.3.5. Razões para estudar na ilha de São Vicente

A razão para os entrevistados frequentarem as instituições de ensino superior em São Vicente, em primeiro lugar, deve-se ao facto de estarem mais próximos da ilha de origem e da família. A segunda razão mais apontada prende-se com o facto da ilha de São Vicente ser a ilha de residência. Estudar na ilha, para a maior parte dos entrevistados, acarreta menos custos.

Outras razões referidas estão relacionadas com a inexistência de instituições de ensino superior na ilha de origem ou de residência anterior; os fatores apontados como condicionantes são de ordem financeira, a média das notas de conclusão de 3º ciclo, o cumprimento do serviço militar. Alguns entrevistados se tivessem possibilidade estudariam no exterior do país. Os alunos dos cursos de Design e os de Engenharia em Energias Renováveis escolheram a ilha de São Vicente porque aqueles cursos são lecionados apenas nesta ilha.

Outras razões apontadas para estudarem na ilha de São Vicente são: boa referência das instituições de ensino superior, decisão da família e o facto de ser considerada uma ilha segura. Alguns entrevistados nunca pensaram em estudar no exterior do país.

Alguns entrevistados iniciaram os seus estudos no exterior e regressaram para continuarem os seus estudos na ilha de S. Vicente, mas não especificaram os motivos do regresso.

Gráfico 5: Razões para estudar na ilha de S. Vicente



3.3.6. Habilitação literária dos progenitores

Alguns progenitores não possuem habilitação literária (10 mães e 6 pais), outros estão habilitados com ensino básico (89 mães para 68 pais), ensino secundário (30 pais para 29 mães) e formação superior (21 pais para 9 mães). Habilitados com formação superior e o secundário completo, observa-se que os pais estão em maior número, ao passo que as mães estão em maior número em relação ao ensino básico, ao secundário incompleto e na categoria de sem habilitação literária.

A nível geral, 70% dos pais têm habilitações compreendidas entre o ensino básico e o ensino secundário, 15% têm formação superior e 4,3% não têm habilitação literária. Em relação às mães, 84,3% estão compreendidas nas categorias de ensino básico e do secundário, 6,4% tem formação superior e 7,1% não possui habilitação literária.

Constatou-se que no agregado familiar dos entrevistados, há cinquenta e nove casos de progenitores com as mesmas habilitações literárias e dois casos em que ambos não têm habilitação literária. Esses casos em conjunto representam 43,6% do total da amostra. Há outros casos em que diferem. Vinte e dois casos em que as mães estão mais habilitadas que os pais e quarenta e dois casos em que os pais estão mais habilitados.

No que concerne às mães com formação superior com o grau de licenciatura, deparou-se com os seguintes quadros, em relação aos respetivos pais: um habilitado com o ensino básico completo; dois com o ensino secundário incompleto; e um com secundário completo. Há um caso de uma mãe com o grau de mestrado e o pai graduado com pós-graduação.

Na situação em que o pai detém o grau de licenciatura e a mãe possui menor grau académico deparou-se com três mães habilitadas com ensino básico incompleto; quatro com básico completo; cinco com ensino secundário incompleto; três com secundário completo. Foi identificado também um caso de pai licenciado e mãe sem habilitação literária; outro caso apurado é referente a um agregado familiar com um pai com grau de mestrado e a mãe com o ensino básico incompleto.

Gráfico 6: Habilitações literárias dos progenitores

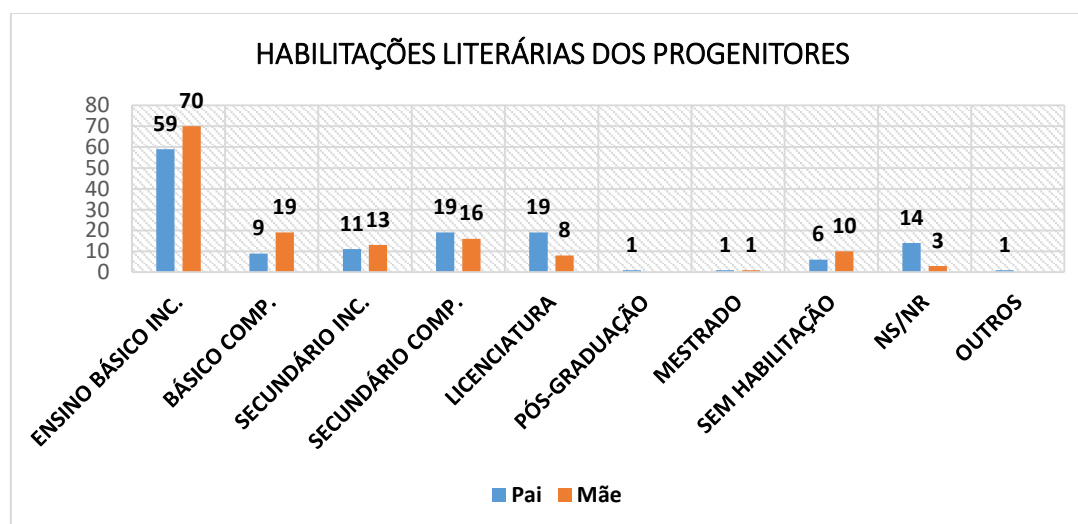
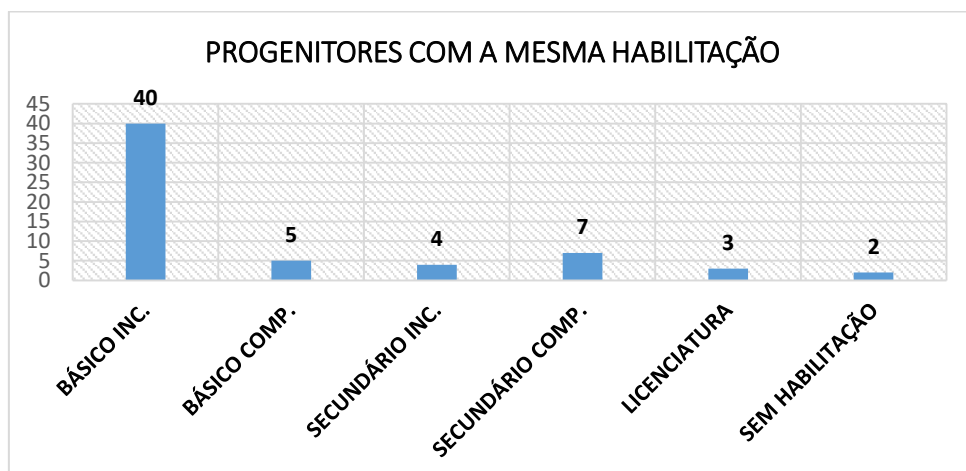


Gráfico 7: Progenitores com a mesma habilitação



3.3.7. Profissão/ocupação dos progenitores

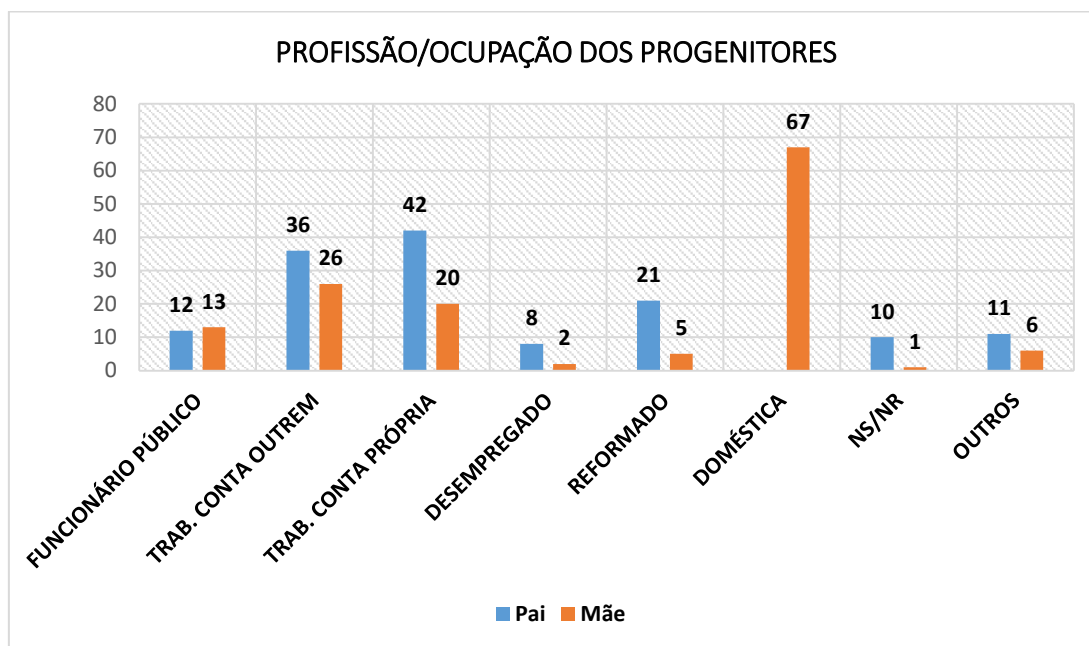
Em relação aos pais noventa desempenham uma atividade geradora de rendimento, oito estão desempregados e vinte e um são reformados; cinquenta e nove mães desempenham uma atividade geradora de rendimento, duas estão desempregadas, cinco são reformadas e sessenta e sete são domésticas¹³. A maior parte dos progenitores (mães e pais) que desempenham uma atividade geradora de rendimento trabalham por conta própria ou por conta de outrem.

As mães domésticas situam-se entre as sem habilitação literária e as com o ensino secundário completo. Há maior incidência no ensino básico incompleto, seguido do ensino básico completo, sem habilitação literária, secundário incompleto e dois casos com o ensino secundário completo.

Os pais que trabalham na função pública, oito são licenciados, dois habilitados com o secundário completo e dois com ensino básico incompleto. Das mães que trabalham na função pública três concluíram a formação superior (licenciatura).

¹³ Nesta entrevista classificou-se por doméstica, as mulheres que não desempenham uma profissão, não estão à procura de um emprego e se ocupam dos trabalhos domésticos no seu lar e/ou da família.

Gráfico 8: Profissão/ocupação dos progenitores

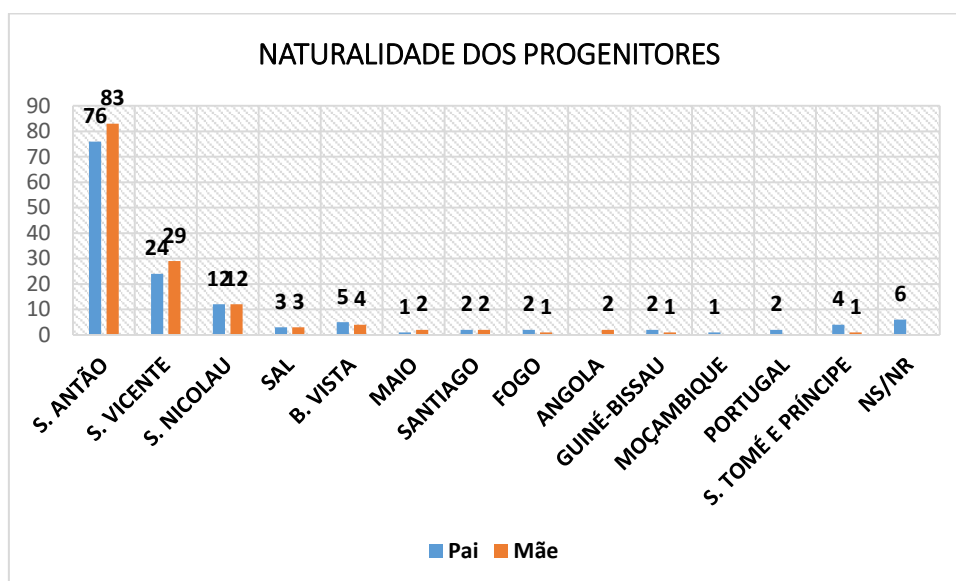


3.3.8. Naturalidade dos progenitores

Os progenitores dos entrevistados nasceram na ilha de Santo Antão (76 pais e 83 mães), na ilha de São Vicente (24 pais e 29 mães), na ilha de São Nicolau (12 pais e 12 mães), na ilha do Sal (3 pais e 3 mães), na ilha da Boa Vista (5 pais e 4 mães), na ilha do Maio (1 pai e 2 mães), na ilha de Santiago (2 pais e 2 mães), na ilha do Fogo (2 pai e 1 mãe), em Angola (0 pai e 2 mães), na Guiné-Bissau (2 pais e 1 mãe), em Moçambique (1 pai e 0 mãe), em Portugal (2 pais e 0 mãe) e em São Tomé e Príncipe (4 pais e 1 mãe).

Um total de cento e doze mães são naturais das ilhas de Santo Antão e de São Vicente, sendo a terceira maior proveniência da ilha de S. Nicolau, com doze mães. Nos pais se observa esta mesma tendência, sendo cem naturais das ilhas de Santo Antão e de São Vicente e doze da ilha de S. Nicolau. Quanto à naturalidade dos progenitores são provenientes de seis países-membros da CPLP, incluindo Cabo Verde.

Gráfico 9: Naturalidade dos progenitores



3.4. Visibilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa entre os estudantes

Um dos pilares da CPLP é a valorização e difusão da língua portuguesa. Um dos objetivos das entrevistas foi procurar saber em que espaços os estudantes universitários utilizam a língua portuguesa com mais frequência. Constatou-se que a língua portuguesa é utilizada com mais frequência em situações formais, designadamente na sala de aula, na universidade, no local de trabalho, em entrevistas profissionais e em conversas com os falantes da língua portuguesa.

Somente dois entrevistados falam português no seio familiar (um por ter o português como língua materna e o outro para comunicar com familiares que falam apenas a língua portuguesa). Verificou-se uma situação de um entrevistado que apesar de ter nascido e vivido em Portugal, país em que o português é língua oficial e materna, fala o crioulo cabo-verdiano, por esta ser a língua utilizada no seio familiar; dois entrevistados não falam português (um por ter crescido e regressado recentemente dos EUA e outro por opção, por não se identificar com a língua portuguesa, razão pela qual fala o crioulo cabo-verdiano, mesmo em situações formais e com outros falantes da língua portuguesa).

A CPLP não pretende a sobreposição da língua portuguesa às demais línguas nacionais dos Estados-membros; é apologista da coabitação entre a língua portuguesa e as línguas

nacionais dos Estados membros. Deste modo, pretende-se que se materializem “formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização” (Declaração Constitutiva, 1996, p. 2).

Questionados sobre os termos lusofonia, lusófono e CPLP¹⁴, se já foram alvo de menção no seio familiar ou entre amigos, um total de cento e vinte e dois entrevistados afirmam que foram mencionados e dezoito responderam que não. Dos entrevistados que afirmam ter ouvido tais termos, sessenta e dois nunca pesquisaram acerca da CPLP, o que permite inferir que não têm uma noção aprofundada acerca da CPLP.

Ainda na sequência de termos conexos à CPLP, perguntou-se aos entrevistados a sua opinião sobre o significado de cidadão lusófono. Por ordem decrescente, das respostas atribuídas constam: uns não sabem responder à pergunta; para outros é cidadão de um país de língua oficial portuguesa; outros é alguém que fala a língua portuguesa; outros ainda é alguém de nacionalidade portuguesa; e, na mesma explicação, alguém que fala português e é cidadão de um país de língua oficial portuguesa.

Um total de 43,6% dos entrevistados não estão familiarizados com a expressão cidadão lusófono. Das respostas dadas destacam-se aqui os aspetos língua e nacionalidade. O cidadão lusófono é “o nacional de qualquer dos outros Estados-membros da CPLP” (Estatuto Cidadão Lusófono, 1997, p. 30). Cabo Verde foi o único país que aprovou o Estatuto de Cidadão Lusófono, em 1997, iniciativa tomada unilateralmente e que nenhum outro país-membro teve comportamento idêntico.

Dos 56,4% que responderam acerca de cidadão lusófono, 29,3% dos entrevistados responderam em concordância com a definição de cidadão lusófono presente no Estatuto de Cidadão Lusófono, em vigor em Cabo Verde. Não obstante estas percentagens, a impressão que se teve é que, as respostas foram dadas em função do significado individual das palavras que compõem o termo cidadão lusófono, e não propriamente com base em conhecimento de causa.

Outra pergunta que se colocou aos entrevistados, concerne à obtenção de informações acerca da CPLP nos órgãos de comunicação social em Cabo Verde. Cerca de 90% dos

¹⁴ Os conceitos lusofonia e lusófono estão interligados ao tema CPLP; lusófono é conexo ao uso da língua portuguesa e lusofonia é um neologismo do termo lusófono, mas lusofonia tem uma abrangência maior.

entrevistados responderam positivamente, demonstrando que o tema CPLP não lhes é alheio. Os órgãos mais citados foram: a televisão, a rádio, os jornais impressos, as revistas e os jornais *on-line*. O acesso às notícias por meio de redes sociais foi o caso menos apontado pelos estudantes universitários.

Quanto à inserção de Cabo Verde na CPLP, 76,4% dos entrevistados afirmam ser vantajosa; 5% defendem uma posição contrária e 18,6% assumem não terem uma opinião sobre o assunto.

Os benefícios mais apontados pelo facto de Cabo Verde ser membro da CPLP estão relacionados com a economia, a política, a língua portuguesa (enquanto meio facilitador de comunicação), a cooperação entre os Estados-membros, os benefícios na área da educação (bolsas de estudo), mais visibilidade internacional para Cabo Verde, intercâmbio cultural, oportunidades profissionais, entre outros.

As respostas dos entrevistados destacando a cooperação entre os Estados-membros e a atuação na área da educação, como sendo dos principais benefícios para Cabo Verde, contrastam com as respostas dos mesmos quanto ao seu conhecimento acerca da cooperação para o ensino superior na CPLP, em que um total de cento e vinte e quatro entrevistados afirmam não terem conhecimento da mesma.

Ainda sobre as respostas dadas pelos entrevistados acerca desta pergunta, apercebeu-se que estes não aprofundaram as respostas e nem deram explicações concretas em relação aos benefícios advenientes de Cabo Verde pertencer à CPLP, o que leva a deduzir que foram respostas intuitivas, sem um conhecimento real acerca da atuação da CPLP.

Questionados sobre a sua participação em algum projeto de cooperação entre a sua universidade e outra instituição de ensino superior de outro país da CPLP, apenas seis afirmam terem participado em formações ministradas no âmbito da língua portuguesa, mas não souberam precisar o projeto.

Ainda nesse âmbito, cento e vinte e um dos entrevistados expressaram o seu interesse em conhecer a cooperação no ensino superior na CPLP; dezoito afirmam não terem interesse e um mostrou-se indiferente.

Também se quis perceber se os entrevistados pesquisam sobre a CPLP e para que finalidade. Um total de setenta e três entrevistados nunca pesquisaram sobre a CPLP,

sessenta e sete já investigaram sobre o tema, sendo que quarenta e oito o fizeram no âmbito de pesquisas acadêmicas, tendo parte destes, em conjunto com outros entrevistados, também sido motivados a título de conhecimento pessoal. A maior parte das pesquisas realizadas para fins acadêmicos, ocorreram no ensino secundário.

Dezoito dos entrevistados responderam terem investigado sobre a CPLP a título de conhecimento pessoal, o que num universo de cento e quarenta entrevistados, denota pouco interesse no tema. Os concursos de emprego também foram apontados como motivação para pesquisar, tendo sido identificado apenas dois casos.

A CPLP tem apostado nas TIC para fazer chegar informação de diversa natureza ao público em geral. Na entrevista formulou-se questões relativas ao acesso ao *site* desta Organização. Quanto ao acesso ao *site*, 87,1% dos entrevistados nunca consultaram o *site* da CPLP. Apenas um entrevistado consulta o *site* muitas vezes e outro entrevistado consulta-o com alguma frequência. Aqueles que entraram no *site*, na sua maioria, foram motivados por pesquisas com fins acadêmicos.

A CPLP incrementou ferramentas para o uso dos estudantes universitários, criou o Portal do ESCT alojado no *site* da CPLP, *site* este que é uma importante ferramenta para dar visibilidade às atividades dos Estados-membros, permitindo também o livre acesso da documentação oficial da CPLP, divulgação das notícias referentes à instituição, aos eventos e notícias da sociedade civil, bem como forneceu ferramentas úteis para os estudantes e outros públicos. O *site* do IILP foi dotado do portal para o professor, útil à formação de professores.

Para que o *site* tenha o efeito desejado, é preciso desenvolver iniciativas que permitam a divulgação junto dos estudantes universitários, a fim de que tenham interesse em utilizar esse instrumento, de modo a que os estudantes universitários possam contribuir para a promoção da CPLP no seio da sociedade civil em que estão inseridos.

Questionou-se os entrevistados acerca de iniciativas que poderiam ser promovidas pela CPLP para se aproximar dos universitários. As sugestões dadas foram no sentido da realização de palestras, fóruns e *workshops*; promoção de intercâmbio universitário; mais divulgação na comunicação social; marketing digital e nas redes sociais; a criação de unidades curriculares ou introduzir o tema da CPLP em algumas unidades curriculares já

existentes; a criação de um site; e instaram a Organização a promover, de um modo geral, maior divulgação junto dos estudantes universitários.

Das sugestões apresentadas, constam medidas que já fazem parte da estratégia da CPLP para o domínio do ensino superior, mas os entrevistados desconhecem a sua existência, como é o caso da criação de um *site* ou a sua presença em redes sociais, ou ainda ações que constam do Plano de Ação do PECM-C&T-ES/CPLP. Faz-se necessário que a atuação da CPLP passe por uma maior divulgação da sua política de cooperação para o ensino superior, das ações que desenvolve, das ferramentas criadas, que se encontram ao dispor da classe universitária, a fim de que os estudantes universitários – um dos principais visados das políticas para o ensino superior – tenham conhecimento delas.

Dois entrevistados afirmam que há falta de interesse por parte dos estudantes universitários em relação à CPLP. Das entrevistas realizadas concluiu-se que os entrevistados demonstram pouco interesse pela CPLP, o que contribui para que estes pesquisem pouco acerca da mesma e tenham pouco conhecimento acerca da cooperação que ela desenvolve no ensino superior.

O PECM-C&T-ES/CPLP enuncia um conjunto de ações pertinentes para o domínio do ensino superior. A sua efetiva concretização reúne as condições para atrair o interesse dos universitários, porque as medidas ali constantes reverterão em benefício dessa classe.

CONCLUSÃO

A CPLP fornece um quadro multilateral para o tratamento das relações entre os seus Estados-membros. A sua evolução e dinâmica em torno do aprimoramento dos mecanismos, procedimentos e instrumentos de que dispõe para a prossecução dos objetivos por ela traçados, dá conta de um contínuo esforço em melhorar as suas capacidades, para que possa assumir um importante papel para o desenvolvimento dos Estados-membros a nível interno e na afirmação e projeção no sistema internacional, reafirmando-se como espaço de diálogo entre os Estados.

A estrutura organizacional da CPLP, desde a sua criação tem vindo a somar novos órgãos, novos mecanismos e procedimentos, cujos instrumentos têm sido reformulados, adotando novas visões conceituais. A visão estratégica que vigora na CPLP em matéria de cooperação obedece a uma lógica voltada para os resultados, com uma nova tipologia de projetos, que passa pela aproximação às realidades dos beneficiários. Adotou também uma nova postura e um novo instrumento de cooperação, com base no princípio da multilateralidade.

As relações desenvolvidas a nível institucional podem viabilizar um conjunto de medidas com repercussões positivas no quotidiano das pessoas, estimulando o sentimento de pertença, de modo a CPLP aumentar a sua visibilidade entre os cidadãos dos Estados-membros, fazendo com que se apercebam do papel que este instrumento pode desempenhar.

Ao longo deste estudo monográfico, pôde-se comprovar a hipótese formulada acerca da existência de uma política de cooperação para o ensino superior no quadro da CPLP.

Verificou-se que desde a sua criação, a CPLP definiu o ensino superior como um setor importante para a cooperação, criando órgãos responsáveis pela cooperação nessa área, tendo elaborado instrumentos para a cooperação no ensino superior, como mostram as reuniões periódicas e a dinâmica a nível institucional, mas não se verifica se essas informações cheguem aos estudantes universitários.

Na verdade, é necessário trabalhar a visibilidade da CPLP junto dos universitários por meio de uma maior divulgação das suas atividades e do que se faz em matéria de cooperação no ensino superior, e na materialização do que se propõe a nível dos projetos e programas de cooperação.

Com tais medidas, as repercussões positivas e concretas no quotidiano dos estudantes universitários – na sua formação superior – seriam estimuladas, e o interesse dos estudantes asseguraria a visibilidade duradoura da CPLP.

Verificou-se a veracidade da segunda hipótese, na medida em que os estudantes universitários demonstram alguma familiaridade com o tema CPLP, sendo mencionado em determinados seios familiares e de amigos, através das notícias nos órgãos de comunicação social de Cabo Verde e por pesquisas feitas pelos entrevistados, contudo, não detêm um conhecimento aprofundado acerca da CPLP e desconhecem a cooperação desenvolvida no âmbito do ensino superior.

Esse desconhecimento deriva do pouco interesse que os entrevistados demonstraram pela CPLP, não obstante haver entrevistados que sabem da sua existência, mas não pesquisam acerca desta Organização e nem consultam o *site*. Os que pesquisaram foram motivados grandemente por fins académicos, não sendo uma prática recorrente.

É urgente insistir na necessidade de políticas de aproximação da CPLP aos estudantes universitários, divulgando as ferramentas existentes, para que as plataformas digitais criadas tenham alcance e eficácia desejada. As universidades podem desempenhar um papel importante em divulgar as ferramentas que se encontram ao serviço dos estudantes. Essas plataformas também devem conter informações pertinentes, atualizadas, procurando estimular a sua utilização por parte dos estudantes universitários.

Os estudos sobre a comunidade lusófona, a lusofonia e a cooperação, devem tratar também da cooperação desenvolvida em matéria do ensino superior por entidades da sociedade civil, servindo de contraponto para a cooperação multilateral desenvolvida no seio dos Estados-membros da CPLP, bem assim tentar perceber se as relações de cooperação estabelecidas a nível da sociedade civil são estimuladas de alguma forma, pelo discurso político e pelas medidas adotadas na CPLP.

Apesar do desconhecimento da cooperação no ensino superior, os entrevistados demonstraram interesse em conhecer o que se faz nessa área. Muitos afirmaram não terem a perceção de que a CPLP tivesse por finalidade a cooperação no ensino superior. As entrevistas serviram para despertar o interesse para essa temática, sendo necessário maior divulgação da CPLP entre os estudantes universitários, principalmente na ilha de São Vicente, onde, num universo de cento e quarenta entrevistados, um total de cento e vinte

e quatro não tem conhecimento do que se faz na CPLP no âmbito da cooperação no ensino superior.

Sendo a classe universitária um dos principais agentes de transformação de uma sociedade – devido aos conhecimentos que possui –, aprofundar a compreensão do que seja a CPLP, permitirá que no futuro, lá onde for a área de atuação dessa classe, ela possa assumir um importante papel de divulgação da organização CPLP e contribua para o estreitamento dos laços na comunidade lusófona.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, D. M. (1998). Interculturalismo e Cidadania em Espaços Lusófonos: A CPLP – fundamentação político cultural e os três anos e meio da história de sua formação. Em M. B. Rocha-Trindade (Ed.), *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos* (pp. 21-39). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Campos, J. M. de (Ed.). (1999). *Organizações Internacionais - Teoria Geral - Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- Campos, J. S. de (1996). *A Comunidade Lusófona e a sua possível institucionalização*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Coutinho, F. P. (2014). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em F. P. Coutinho, & N. C. Mendes (Eds.), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 84-86). Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Cristóvão, F. (2005). Lusofonia. Em F. Cristóvão (Ed.), *Dicionário Temático da Lusofonia* (pp. 652-656). Lisboa: Texto Editores; Associação de Cultura Lusófona.
- Leandro, J. G. (1999). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em A. A. Moreira, & et al., *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (pp. 15-17). S. Pedro do Estoril: Edições Atena; Instituto de Altos Estudos Militares.
- Lopes, J. V. (2012). *Aristides Pereira, Minha Vida, Nossa História*. Praia: Spleen Edições.
- Maciel, C. (2015). *A Construção da Comunidade Lusófona a partir do antigo centro. Micro-comunidades e práticas da lusofonia*. Lisboa: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.
- Mendes, N. C. (2014). Guerra Fria. Em F. P. Coutinho, & N. C. Mendes (Eds.), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 239-241). Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Ribeiro, M. A. (2014). Organização Internacional. Em F. P. Coutinho, & N. C. Mendes (Eds.), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 353-354). Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Rodrigues, J. (2005). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em F. Cristóvão (Ed.), *Dicionário Temático da Lusofonia* (p. 189). Lisboa: Texto Editores.
- Santos, V. M. dos (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Silva, S. V. da (2012). *Introdução às Relações Internacionais*. Lisboa: Escolar Editora.

Vieira, J. P. (2014). Cooperação. Em F. P. Coutinho, & N. C. Mendes (Eds.), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 116-117). Portugal: Publicações Dom Quixote.

WEBGRAFIA

- AULP. (s.d.). *A AULP*. Acesso em 18 de agosto de 2018, disponível em AULP: http://aulp.org/A_AULP
- CPLP. (1996). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. Lisboa. Acesso em 7 de abril de 2016, disponível em <https://www.cplp.org/id-3869.aspx>
- CPLP. (1996). Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em *Iª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP e Outros Documentos do Biênio 1996/1997 - 1997/1998* (pp. 11-14). Lisboa. Acesso em 18 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=2946&M=NewsV2&PID=10872>
- CPLP. (1997). Conferência dos Ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Bases para uma cooperação no âmbito da política educativa - Conclusões. Lisboa. Acesso em 14 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-3530.aspx?PID=11491&M=NewsV2&Action=1&NewsId=4170>
- CPLP. (1997). Declaração de Lisboa. Lisboa. Acesso em 26 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-3530.aspx?PID=11491&M=NewsV2&Action=1&NewsId=4176>
- CPLP. (1997). Estatuto do Cidadão Lusófono. Em *Iª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP e Outros Documentos do Biênio 1996/1997 - 1997/1998* (pp. 30-31). Praia. Acesso em 18 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=2946&M=NewsV2&PID=10872>
- CPLP. (1998). Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países Membros da CPLP. Em *IIª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP e Outros Documentos do Biênio 1998/1999 - 1999/2000* (pp. 13-14). Praia. Acesso em 25 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=2947&M=NewsV2&PID=10872>
- CPLP. (1998). Plano de Ação para a Cooperação Educacional entre os Países Membros da CPLP. Brasília. Acesso em 26 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-3530.aspx?PID=11491&M=NewsV2&Action=1&NewsId=4176>
- CPLP. (1999). Declaração Final da I Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia. Lisboa. Acesso em 30 de novembro de 2017, disponível em <https://www.cplp.org/id-4616.aspx?Action=1&NewsId=4143&M=NewsV2&PID=11402>
- CPLP. (2004). Declaração de Fortaleza. Fortaleza. Acesso em 26 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-3530.aspx?PID=11491&M=NewsV2&Action=1&NewsId=4180>

- CPLP. (2007). Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Acesso em 7 de abril de 2016, disponível em http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_R_EVLIS07.pdf
- CPLP. (2008). Quadro de Execução de Projectos e Acções Pontuais - Ponto de Situação em Julho de 2008. Acesso em 16 de junho de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-3034.aspx>
- CPLP. (2009). Cooperação na CPLP - Uma Visão Estratégica de Cooperação Pós Bissau. Praia. Acesso em 30 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-2598.aspx>
- CPLP. (2009). Declaração Final da Reunião Extraordinária de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP. Lisboa. Acesso em 25 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-4616.aspx?Action=1&NewsId=4155&M=NewsV2&PID=11402>
- CPLP. (2011). Manual Operativo do Fundo Especial. Luanda. Acesso em 19 de junho de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-4843.aspx>
- CPLP. (2011). Regimento do Fundo Especial. Luanda. Acesso em 25 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-4843.aspx>
- CPLP. (2012). Declaração Final da V Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP. Luanda. Acesso em 30 de novembro de 2017, disponível em <https://www.cplp.org/id-4616.aspx?Action=1&NewsId=4148&M=NewsV2&PID=11402>
- CPLP. (2012). Plano Indicativo de Cooperação da CPLP 2012-2015. Maputo. Acesso em 18 de junho de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-3034.aspx>
- CPLP. (2014). Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020). Maputo. Acesso em 24 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-4616.aspx?Action=1&NewsId=4149&M=NewsV2&PID=11402>
- CPLP. (2016). Declaração de Brasília. Brasília. Acesso em 19 de maio de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4803&M=NewsV2&PID=10872>
- CPLP. (2016). Declaração Final da VII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP. Díli. Acesso em 30 de novembro de 2017, disponível em <https://www.cplp.org/id-4616.aspx?Action=1&NewsId=4155&M=NewsV2&PID=11402>
- CPLP. (2016). Regulamento dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasília. Acesso em 19 de agosto de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-2766.aspx>

- CPLP. (2017). Quadro de Execução de Atividades do PIC no âmbito do Fundo Especial da CPLP - Ponto de situação em junho de 2017. Acesso em 16 de junho de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-3034.aspx>
- CPLP. (s.d.). Comissões Temáticas – Observadores Consultivos da CPLP 2017-2018. Acesso em 19 de agosto de 2018, disponível em <https://www.cplp.org/id-2766.aspx>
- CPLP. (s.d.). *Ministeriais de Educação*. Acesso em 18 de agosto de 2018, disponível em CPLP: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3530>
- CPLP. (s.d.). *Observadores Consultivos*. Acesso em 18 de agosto de 2018, disponível em CPLP: <https://www.cplp.org/id-2766.aspx>
- CPLP. (s.d.). *Reuniões Ministeriais*. Acesso em 18 de agosto de 2018, disponível em CPLP: <https://www.cplp.org/id-4593.aspx>
- International Monetary Fund. (s.d.). *IMF Country Information*. Acesso em 19 de agosto de 2018, disponível em International Monetary Fund: www.imf.org/en/countries
- Naciones Unidas. (1945). *Capítulo I*. Acesso em 28 de novembro de 2017, disponível em Naciones Unidas: <http://www.un.org/es/sections/un-charter/chapter-i/index.html>
- Origem da Palavra. (s.d.). *Palavra comunidade*. Acesso em 18 de agosto de 2018, disponível em Origem da Palavra: www.origemdapalavra.com.br/palavras/comunidade/
- Significados. (2014). *Significado de Comunidade*. Acesso em 18 de agosto de 2018, disponível em Significados: <https://www.significados.com.br/comunidade/>

APÊNDICE

Apêndice I. Guião das Entrevistas

Guião utilizado na entrevista às alunas e alunos universitários – Ilha de São Vicente, Mindelo

Bom dia, boa tarde ou boa noite. Meu nome é Shirley Silva, finalista do curso de Ciência Política e Relações Internacionais, ministrado pela Universidade do Mindelo. Estou a realizar entrevistas para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso. Para atingir os objetivos pretendidos agradeço, desde já, a sua colaboração, garantindo que as respostas serão unicamente utilizadas para este estudo. Muito obrigado(a) pela sua colaboração.

Será assinalado com um círculo ou com um “X” o número da resposta que corresponde à opção do entrevistado(a).

Dados do entrevistado(a)

P1 – Sexo

- 1 – Feminino
- 2 – Masculino

P2 – Ano e local de nascimento

P3 – Local de residência atual

P4 – Curso, ano, universidade

P5 – Por que razão estuda na ilha de S. Vicente?

Agregado familiar do entrevistado(a)

P6 – Qual é a habilitação literária da sua mãe e do seu pai?

- 1 – Ensino básico incompleto
- 2 – Ensino básico completo
- 3 – Ensino secundário incompleto
- 4 – Ensino secundário completo

5 – Licenciatura

6 – Outros:

P7 – Qual é a profissão/ocupação da sua mãe e do seu pai?

P8 – Naturalidade da sua mãe e do seu pai?

Língua e cidadania

P9 – Em que espaços utiliza a língua portuguesa com mais frequência?

- 1 – Na sala de aula
- 2 – Na universidade
- 3 – No local de trabalho
- 4 – Outra situação:

P10 – Os termos *lusofonia*, *lusófono* e a designação *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)* já foram mencionados no seio da sua família ou/e amigos(as)?

- 1 – Sim
- 2 – Não
- 3 – NS/NR

P11 – O que significa, para si, ser cidadão lusófono?

Conhecimento acerca da CPLP

P12 – Alguma vez pesquisou sobre a CPLP?

- 1 – Sim
- 2 – Não → passar para P16
- 3 – NS/NR

P13 – Para que finalidade?

P14 – Já acessou o *site* oficial da CPLP?

- 1 – Sim
- 2 – Não → passar para P18
- 3 – NS/NR

P15 – Com que frequência consulta o site?

- 1 – Uma vez
- 2 – Raramente
- 3 – Poucas vezes
- 4 – Com alguma frequência
- 5 – Muitas vezes

P16 – Leu ou ouviu alguma notícia relacionada com a CPLP em algum órgão de comunicação social de Cabo Verde?

- 1 – Sim
- 2 – Não → passar para P20
- 3 – NS/NR

P17 – Em que órgão(s) de comunicação social?

- 1 – Televisão
- 2 – Rádio
- 3 – Jornais ou revistas impressas
- 4 – Jornais *on-line*
- 5 – Outra situação:

P18 – Cabo Verde tem algum benefício em fazer parte da CPLP?

- 1 – Sim
- 2 – Não → passar para P23
- 3 – NS/NR

P19 – Destaque alguns benefícios.

Cooperação no ensino superior

P20 – Conhece a política de cooperação no ensino superior existente na CPLP?

- 1 – Sim
- 2 – Não
- 3 – NS/NR

P21 – Participou em projeto de cooperação entre a sua universidade e outra instituição de ensino superior de outro país da CPLP?

- 1 – Sim
- 2 – Não
- 3 – NS/NR

P22 – Está interessado(a) em saber mais sobre a cooperação no ensino superior realizada na CPLP?

- 1 – Sim
- 2 – Não
- 3 – NS/NR

P23 – O que deve ser feito pela CPLP para se dar a conhecer melhor aos estudantes universitários?

Obrigada!

Entrevistadora: _____

Data: / /

ANEXO

Anexo I. Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020)

PLANO DE ACÇÃO DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL NO DOMÍNIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DA CPLP (2014-2020)

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
EIXO I - ESPAÇO DO ENSINO SUPERIOR DA CPLP					
I	Espaço do Ensino Superior da CPLP	<i>I.1. Criação de bases para uma política de harmonização do sistema de Avaliação e acreditação de instituições, cursos e reconhecimento de diplomas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento e diagnóstico da problemática que envolve avaliação e acreditação de instituições para disponibilização de dados estatísticos dos Estados membros • Identificação, mapeamento e diagnóstico das políticas de reconhecimento de títulos, diplomas e certificados dos EM • Identificar e implementar procedimentos concertados para o reconhecimento de títulos, diplomas e certificados das IES dos EM da CPLP • Realizar um encontro anual das entidades nacionais de avaliação e acreditação de instituições e cursos de ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um estudo sobre a problemática da avaliação e acreditação de instituições para disponibilização de dados estatísticos dos Estados membros • Criação da base de dados estatísticos sobre instituições de ensino superior, cursos e estudantes dos EM • Um memorando para entendimento multilateral 	
		<i>I.2. Criação de um Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos para o reconhecimento de Graus Académicos nos países da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar quadros no domínio da avaliação e acreditação de Instituições de ensino superior e de cursos • Promover o intercâmbio e de quadros envolvidos nos Sistemas de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de estudos 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um instrumento para a acreditação de cursos e o reconhecimento das qualificações atribuídas pelas instituições do ensino superior dos EM 	
		<i>I.3. Lançamento do Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e harmonização de indicadores de ciência e tecnologia, inovação e ensino superior da CPLP, alinhados com indicadores desenhados conforme o prescrito pelas melhores práticas regionais e internacionais, para divulgação • Criação e manutenção de Bases de Dados de indicadores de C&T da CPLP • Divulgação da Agenda Anual de Ciência e 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de indicadores de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação; eventos científicos, agenda de C&T. 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
			<p>Tecnologia da CPLP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de informação dos Estados Membros, regional e internacional diversa sobre os domínios do ensino superior, ciência e tecnologia na CPLP • Divulgação de publicações científicas dos EM da CPLP 		
		<i>1.4. Criação do Observatório do Ensino Superior da CPLP no Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (ES-C&T) da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento e levantamento de informação sobre Instituições de Ensino Superior e de Investigação, investigadores e instrumentos de financiamento (por domínio, área e tópico científico) • Inventariação e divulgação dos Centros e Unidades de Investigação da CPLP • Implementar mecanismos concertados de recolha de informação diversa e dados sobre o ensino superior • Divulgar o Perfil do Ensino Superior atualizado da CPLP (indicadores) 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a informação harmonizada o ensino superior, ciência, tecnologia e inovação nos EM da CPLP 	
		<i>1.5. Criação do Portal de recursos didáticos e pedagógicos da CPLP no Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (ES-C&T) da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar recursos didáticos e pedagógicos para melhoria do processo de ensino-aprendizagem no ensino superior • Selecionar conteúdos curriculares a harmonizar nas áreas técnica e científica com vista à produção de materiais didáticos da CPLP • Implementar a troca de informação e partilha de boas práticas no ensino das disciplinas com maiores taxas de insucesso (Matemática, Física, Química, Biologia) 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização das TIC como recurso sustentável para divulgação de conteúdos didáticos e pedagógicos 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
EIXO II - MOBILIDADE DE ESTUDANTES, DOCENTES, INVESTIGADORES E CIENTISTAS ALTAMENTE QUALIFICADOS DA CPLP					
II	Mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e cientistas altamente qualificados da CPLP	<i>II.1. RIPES - Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior</i>	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de uma rede de instituições públicas de ensino superior nos países da CPLP 	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da cooperação multilateral no domínio do ensino superior na CPLP 	
		<i>II.2. Programa de mobilidade de estudantes e estagiários da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar e divulgar informação relativa às ofertas de mobilidade da CPLP (planos de estudos, propinas, custos administrativos e seguros) Sistematizar e divulgar informação relativa a bolsas de estudo Permitir que os estudantes da IES dos EM frequentem uma IES de outro EM durante parte do seu curso/estágios curriculares e profissionais noutro EM 	<ul style="list-style-type: none"> Reforço do acompanhamento, observação e articulação dos mecanismos de cooperação para a formação avançada e mobilidade no espaço CPLP Promoção da livre circulação de estudantes de licenciatura no espaço da CPLP 	
		<i>II.3. Programa de mobilidade de docentes e investigadores da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> Criar mecanismos e instrumentos de promoção da mobilidade, do reconhecimento de estudos e da acreditação mútua de cursos e instituições de ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> Um Memorando de Entendimento multilateral 	
			<ul style="list-style-type: none"> Facilitar a mobilidade e intercâmbio de docentes, investigadores e de estudantes de doutoramento e pós-doutoramento em IES dos EM Apoiar a mobilidade de docentes e investigadores para efeitos de investigação e docência Incentivar a mobilidade para participação em projetos específicos de investigação 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de mecanismo que permita (possibilita) a livre circulação de docentes e investigadores (seniores ou em formação) no espaço da CPLP 	
		<i>II.4. Programa de Mobilidade de Investigadores Doutorados dos Centros de Excelência Tecnológicos no Espaço da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> Facilitar a mobilidade e intercâmbio de investigadores altamente qualificados e internacionalmente competitivos em Centros de Excelência dos EM da CPLP 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um mecanismo que facilita a mobilidade e intercâmbio de investigadores doutorados para participação em projetos específicos de 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
				investigação, por áreas científicas	
		<i>II.5. Programa de mobilidade de gestores, dirigentes e técnicos do ensino superior, ciência e tecnologia da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Impulsionar o intercâmbio entre de pessoal de Gestão e Administração de C&T no espaço da CPLP 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da livre circulação do Pessoal de Gestão e Administração de C&T nos EM da CPLP 	
		<i>II.6. Programa de iniciação à investigação científica para estudantes (licenciatura) da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Formar estudantes de licenciatura (graduação, 1.º ciclo) em investigação científica • Identificar uma rede de centros de investigação ligados exclusivamente a Instituições de Ensino Superior • Estabelecer instituições de destino e de origem dos Estados Membros para participarem no programa • Estabelecer critérios concertados de seleção de estudantes candidatos • Criar uma rede de bolsas de Estudo da CPLP 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um programa de intercâmbio anual de estudantes da CPLP entre as IES 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
EIXO III - REDE DE INFORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO ESPAÇO DA CPLP					
III	Rede de informação, avaliação e promoção da qualidade do ensino superior no espaço da CPLP	<i>III.1. Compêndio de legislação, instituições e atividades relativas à avaliação independente de instituições e cursos de ensino superior</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um compêndio da CPLP de legislação, instituições e atividades de avaliação com base em informação disponibilizada pelos Estados Membros 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede de partilha de experiências e de informação para elaboração de propostas concretas de cooperação no domínio da avaliação e acreditação de instituições e cursos do ensino superior 	
		<i>III.2. Identificação da rede de sistemas de avaliação e garantia da qualidade do ensino superior no espaço da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as instituições responsáveis pela avaliação de instituições e cursos do ensino superior • Realizar estudos comparados sobre as possibilidades de articulação entre os sistemas • Estabelecimento de protocolo de cooperação multilateral entre Instituições de Avaliação dos Sistemas de Ensino Superior dos Estados Membros • Realizar seminários (on-line) de capacitação no domínio da avaliação e acreditação para técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma Plataforma virtual da CPLP para Partilha de Boas Práticas de Avaliação Institucional • Intercâmbio de experiências, boas práticas e informações entre Instituições dos EM sobre os sistemas de avaliação no espaço da CPLP 	
		<i>III.3. Lançamento de Programas de aproximação da universidade aos jovens (do ensino secundário e técnico-profissional)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Lançar o Programa «A CPLP leva a Universidade à escola»; • Lançar o Programa «Estágio (quinzenal) de finalistas do ensino secundário nas Universidades» • Divulgação on-line dos trabalhos científicos dos jovens 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização do gosto pelo Ensino Superior e pelo Conhecimento Académico nos jovens 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
EIXO IV - ESPAÇO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CPLP					
IV	Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP	<i>IV.1. Agenda Anual da Ciência e Tecnologia da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir atividade científica para a sociedade • Estimular visitas de estudo aos centros/unidades de investigação de estudantes do ensino básico e secundário • Promover concursos, olimpiadas, feiras e bazares de ciência e tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação atempada, sistematizada e atualizada das principais ações de ensino Superior, Ciência e Tecnologia a serem introduzidas no portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e no portal da CPLP 	
		<i>IV.2. Dia Mundial da Ciência para a Paz e o Desenvolvimento na CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Jornadas, exposições, ações de visibilidade de ciência no âmbito de cada presidência CPLP. • Implementação de Prêmios: • Criação do programa para inclusão de jovens na ciência e tecnologia «A ciência e a tecnologia nas escolas: os jovens e o conhecimento científico» • Prémio «Cientista da CPLP» para incentivar o reconhecimento da produção científica feminina da CPLP 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações diversas a considerar no âmbito do entendimento público da ciência e diplomacia de ciência; articulação de organismos em cada país para organização da celebração 	
		<i>IV.3. Portal Observatório da Sociedade de Informação da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Partilha de boas práticas entre os países da CPLP • Articulação das estratégias de inclusão digital • Fomentar a concessão do Diploma de Competências Básicas Digitais da CPLP (DCB) • Produzir conteúdos digitais conjuntamente; • Colaboração entre os países da CPLP nas posições a adotar no âmbito da Governação da Internet a nível mundial (ICANN, IGF e ONU) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da inclusão e literacias digitais 	
		<i>IV.4. Criação de mecanismos para o estabelecimento do Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Memorando entre os Estados membros (CP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Um memorando de Entendimento multilateral 	
			<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de recursos humanos para utilização e operacionalização da rede digital de publicações científicas da CPLP • Promoção da participação ativa no desenvolvimento de 	<ul style="list-style-type: none"> • Rede digital de publicações científicas da CPLP, com base na integração dos portais e repositórios existentes nos EM 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
			<p>infraestruturas avançadas de redes digitais e na sua utilização para o trabalho cooperativo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar softwares livres e acervos bibliográficos do acesso à produção científica / Acesso livre ao conhecimento científico (repositórios científicos dos EM) • Criação de um repositório único de teses de mestrado e doutoramento da CPLP, mediante a interconexão e a interoperabilidade das plataformas existentes • Desenvolver cooperação entre o Repositório Científico da CPLP e outras redes de bases de dados regionais e internacionais (incluindo Redalyc; Scielo; B-On; JStore) • Plataforma LATES BR • Plataforma CARLOS CHAGAS BR 	da CPLP	
		<i>IV.5. Criação do «Catálogo integrado das Bibliotecas Nacionais e das Instituições de Ensino Superior dos EM da CPLP»</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir a identificação das obras produzidas nos Estados Membros da CPLP e a sua localização • Assegurar a circulação de informação, documentação e obras no espaço da CPLP • Viabilizar o acesso às obras e documentos constantes do catálogo integrado, aos utilizadores registados junto das BN e das IES dos EM 	<ul style="list-style-type: none"> • Um memorando de Entendimento multilateral para promoção do acesso às obras do catálogo integrado da CPLP 	
		<i>IV.6. Ciclo de Colóquios (anual) sobre Ciência e Tecnologia na CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a organização de seminários anuais de formação avançada destinados a toda a CPLP presenciais e com recurso às TIC • Recolha de informação e sua divulgação no Portal do ES-C&T da CPLP • Dinamização de conferências, seminários e colóquios on-line 	<ul style="list-style-type: none"> • Cada EM assume a coordenação do Ciclo de Colóquio sobre um tema escolhido multilateralmente, recorrendo a modalidades (presencial, comunidades virtuais, cursos de verão) que permitam a participação de todos EM 	
		<i>IV.7. Criação da Revista Eletrónica Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP (MP)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de edições conjuntas de revistas, com enfoque na coprodução científica • Divulgação de programas, atividades e iniciativas científicas conjuntas dos Estados Membros • Terminologias técnicas e científicas da CPLP (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação da produção científica conjunta da CPLP através do Portal do ES-CET CPLP 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES / PROJETOS	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
EIXO V - PROGRAMAS COMUNS DE INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E FORMAÇÃO AVANÇADA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CPLP NOS DOMÍNIOS DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA					
V	Programas Comuns de Investigação, Inovação e Formação Avançada para a Internacionalização da CPLP nos domínios do Ensino Superior, Ciência e tecnologia	<i>V.1. Criação da rede de instituições que desenvolvem programas de mestrado e doutoramento no espaço da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear as instituições e os programas de mestrado e doutoramento de cada EM, tendo em vista a criação de um documento a ser aprovado pelos ministros que aceitem que as instituições desenvolvam programas comuns) 	<ul style="list-style-type: none"> • Um memorando de Entendimento multilateral 	
		<i>V.2. Criação da Universidade Virtual para cursos de formação de curta duração da CPLP (em regime de rotatividade, de acordo com a Presidência pro tempore)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as Instituições responsáveis pelo sistema de educação à distância dos Estados membros • Identificar as instituições de ensino superior da CPLP que oferecem cursos através da modalidade de ensino à distância • Identificar a rede de Universidades Virtuais dos EM da CPLP • Realizar seminários para a capacitação de especialistas da CPLP (gestores, docentes/formadores, técnicos) para estruturação do sistema de ensino à distância em rede da CPLP • Disponibilizar acesso à Biblioteca da CPLP como o canal de acesso às bibliotecas das IES e dos Centros de Investigação dos EM da CPLP • Criação de Programas de formação nas áreas de política científica e tecnológica para estudantes de doutoramento e pós-doutoramento e outros cientistas e profissionais dos EM da CPLP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização e disponibilização dos cursos de curta duração online promovidos por estados membros da CPLP • Plataforma de cursos complementares em áreas de gestão de ciência, tecnologia e inovação 	
		<i>V.3. Cursos Universitários Abertos da CPLP (Prémio MOOC da CPLP)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o acesso regional e internacional a oferta formativa em Língua Portuguesa, de Instituições de ensino superior dos Estados Membros da CPLP (cursos de curta duração em Língua Portuguesa – MOOC: Massive Open Online Courses) disponibilizados online, em acesso aberto, nas plataformas internacionais de MOOC 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso aberto a cursos universitários em Língua Portuguesa nas plataformas internacionais de MOOC 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
			<ul style="list-style-type: none"> • Rede CPLP portal ID-CPLP (http://www.idcplp.net/) • Forum virtual sobre C&T para o desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Migração da Rede de Investigação e Desenvolvimento da CPLP on-line para a CPLP 	
		<i>V.4. [Rede de] Centros de Excelência da CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das unidades de investigação e redes de peritos existentes no espaço da CPLP • Levantamento de informação sobre Centros de Excelência e de Formação Graduada, Pós-Graduada e Especializada em funcionamento nos EM da CPLP • Implementação do funcionamento do Centro de Excelência em Ciências Básicas para formação avançada de cientistas sob auspícios da UNESCO (Portugal) • Levantamento de informação sobre Centro de Excelência de nível 2 em Geociências (Angola) • Levantamento de informação sobre Cátedras UNESCO existentes nos Estados Membros 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da rede de Centros de Excelência da CPLP • Implementação do Centro UNESCO para Ciências Básicas da CPLP • Criação da Rede de Cátedras UNESCO da CPLP 	
		<i>VI.5. Programa «Iniciativa Ciência em Português» da UNESCO para a CPLP</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de programas científicos • Incentivo à cooperação científica no âmbito da CPLP 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede para reforço da cooperação científica na CPLP 	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
EIXO VI - ESPAÇO DE INOVAÇÃO DA CPLP					
VI	Espaço de Inovação da CPLP	<i>Interação com o setor empresarial</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede de trabalho colaborativo entre investigadores e empresas da CPLP, por áreas temáticas (Recursos Hídricos; Ciências Biológicas; Ciências do Mar; Ciências Sociais e Humanas) • Mapeamento da investigação desenvolvida nos países da CPLP em e com TIC • Produção de infraestruturas, instrumentos, ferramentas e produtos úteis ao funcionamento das sociedades, como os equipamentos de laboratórios, procedimentos estatísticos, computadores, medicamentos • Aplicação de conhecimento científico na identificação de procedimentos e instrumentos necessários para a transformação de matérias-primas em bens de uso e / ou de consumo • Elaboração de programas de desenvolvimento tecnológico (Biotecnologia, TIC, energias renováveis) para promoção de pequenas e médias empresas 	• “Criação de redes para o trabalho cooperativo” que congregue capacidades institucionais, mecanismos de coordenação, redes de comunicação e políticas de incentivo que fomentem ganhos motivados pela inovação na produtividade económica	
		<i>Programa de Inovação Social</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a eficiência dos dispositivos tecnológicos existentes e criar as bases para invenção de novas tecnologias • Encontrar soluções sustentáveis para problemas concretos associados às condições básicas de existência (alimentação, segurança, saúde) e à qualidade de vida (bem-estar físico, psicológico e social) dos cidadãos dos Estados Membros da CPLP • Incentivar a intervenção das Instituições de ensino superior e investigação na resposta aos problemas sociais comuns ao espaço da CPLP 	• Implementação de um programa de inovação estratégico	
		<i>Rede de Instituições de Ensino Superior e de Investigação da CPLP ao Serviço da Comunidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de iniciativas de inovação com base na investigação desenvolvidas nos EM da CPLP • Criação de uma plataforma virtual para 	• Concretização de projetos conjuntos de preparação e estruturação de unidades de	

N.º	EIXOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
		<i>/ Terceira missão/ Terceira missão / extensão da investigação científica</i>	identificação de áreas problemáticas <ul style="list-style-type: none"> • Criação de plataformas tecnológicas e de inovação • Criação de serviços concertados temáticos de prestação de serviços à comunidade nas Instituições de Ensino Superior e de Investigação 	investigação viradas para os problemas das populações dos Estados membros	
		<i>Programa de Qualificação de Estudantes do Ensino Superior para Prestação de Serviços à Comunidade (Terceira missão)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de estudantes com competências para a resolução de diferentes problemas das sociedades, através da investigação científica e de acordo com as suas áreas de formação • Contribuir para a resolução dos problemas sociais comuns ao espaço da CPLP através de soluções inovadoras 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de académicos para aplicação prática de conhecimentos ao serviço da resolução de problemas das comunidades 	